



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM I e Financiamento Suplementar

País: Brasil

Setor/Subsetor: Água e Saneamento/Abastecimento de Água

Equipe de Projeto Original: Fernando Bretas, Manuel Pizarro; Coral Fernández; Marcia Arieira; Valnora Leister; Kléber Machado; Eduardo Figueroa, Alejandro Espinosa, Patricio Naveas, Cynthia Colaiacovo, José Luis Vásquez, y Yolanda Galaz.

Número do Projetos: BR-L1005 e BR-L1217

Número de Empréstimos: 1692/OC-BR e 2165/OC-BR (Financiamento Suplementar)

Data do CRG: Outubro 4, 2013

Data de Aprovação Final: a ser marcada

Equipe PCR: Autora Principal e Membros: Cláudia Regina Borges Nery (WSA/CBR); Antônio Carlos Tatit Holtz e Antonio Hideo Yamada (CSC/CBR), Contultores, e Yolanda Galaz





Acrônimos e Abreviações

AdA	Águas do Amazonas
AFEAM	Agência de Fomentos do Estado do Amazonas
ARSAM	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas
CEF	Caixa Econômica Federal
BIEC	Bacia do Igarapé Educandos/Quarenta
BISR	Bacia do Igarapé São Raimundo
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil
DAP	Disposição de Pagar
AAS	Avaliação Ambiental e Social ou Estratégia Ambiental e Social
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FMPES	Fundo de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas
GEA	Governo do Estado do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IMTT	Instituto Municipal de Trânsito e Transporte Urbano
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
ITEC	Instituto de Tecnologia, Pesquisa e Cultura do Estado do Amazonas
LP	Licença Prévia
LI	Licença de Instalação
MAECAM	Movimento de Apoio Estadual à Associações Comunitárias do Amazonas
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura e Artes
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCAO	Plano de Controle Ambiental de Obras
PDDR	Plano de Ação para a Reposição de Moradias, Reassentamento de Populações e Atividades Econômicas Instaladas, Requeridas para a Implantação do PROSAMIM
PER	Plano Específico de Reassentamento
PEAS	Programa de Educação Ambiental e Sanitária
POA	Plano Operativo Anual
PPC	Plano de Participação Comunitária
PRODAM	Processamento de Dados Amazonas S/A
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental para os Igarapés de Manaus
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
SEJEL	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SEMINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMULSP	Secretaria Municipal de Limpeza Urbana
SEMTRAD	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUBCOMADEC	Subcomando de Ações de Defesa Civil
SIGPRO	Sistema de Gerenciamento do PROSAMIM-
SRMM	Secretaria da região Metropolitana de Manaus
SPF	Secretaria de Estado de Política Fundiária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUHAB	Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas
UGPI	Unidade de Gerenciamento do Programa Igarapés de Manaus
ZF	Zona Franca





Índice

I. Informação Básica	1
II. O Projeto	2
a. Contexto do Projeto.....	2
b. Descrição do Projeto.....	3
<i>i. Objetivo(s) de Desenvolvimento</i>	3
<i>ii. Componentes</i>	3
c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável)	4
III. Resultados	4
a. Efeitos Diretos.....	4
b. Externalidades.....	6
c. Produtos	7
d. Custos do Projeto	10
IV. Implementação do Projeto	11
a. Análise de Fatores Críticos.....	11
b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora	12
c. Desenvolvimento do Banco.....	13
V. Sustentabilidade	13
a. Análise de Fatores Críticos.....	13
b. Riscos Potenciais	13
c. Capacidade Institucional.....	15
VI. Monitoramento e Avaliação	16
a. Informação sobre Resultados.....	16
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	16
VII. Lições Aprendidas	16

Anexos

[Evolução do orçamento e dos investimentos – metas físicas para o término do Programa e Sistema de Gestão](#)

[Marco Lógico](#)

[Ata do Seminário de Encerramento](#)

[Arranjo Institucional e estrutura do Programa](#)





I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

NO PROJETO:

Mutuário: Estado do Amazonas
 Agência Executora (AE): Estado do Amazonas
 Através da Unidade de Gerenciamento do Programa Igarapés de Manaus
 Empréstimo s: US\$140 milhões e US\$77 milhões
 Setor: Água e Saneamento – Suprimento de Água

Instrumento de Empréstimo: Investimento
 Operação de Investimento –
 Financiamento Inicial e Suplementar

TITULO: Programa Social e Ambiental para os Igarapés de Manaus

Data da Aprovação pelo Diretório: 30/11/2005 e 15/7/2009
 Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 19/01/2006 e 01/09/2009
 Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 17/03/2006 e 18/12/2009

Meses em Execução (até a data do PCR):

- * Desde a aprovação: 46 meses
- * Desde a efetividade do contrato: 44,5 meses

Períodos de Desembolso

Data Original de Ultimo Desembolso: 19/01/2012 e 01/set/2012
 Data Atual de Ultimo Desembolso: 16/09/2009 e 01/set/2013
 Extensão Acumulada (Meses): 12
 Extensão Especial (Meses):

Montante do Empréstimo(s)

- * Montante Original: US\$140.000.000,00 e US\$77.000.000,00
- * montante Atual: US\$140.000.000,00n e US\$77.000.000,00
- * Pari Passu (se aplicável): 70%
- Desembolsos
- * Montantes atuais: US\$140.000.000,00 e US\$74.432.445,18 (96,66%)
- Custo total do projeto (estimativa original): US\$217.000.000,00

Redirecionamento

Tem este Projeto redirecionamento?
 Fundos recebidos de outro Projeto []
 Fundos mandados para outro Projeto []
 N/A [X]

Para/De Número do Projeto	Para Número do Sub empréstimo	Montante

Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim
 Equidade Social (SEQ): Sim
 Classificação Ambiental: B

Em estado de "Alerta"

Está o projeto "em alerta" no PAÍS: Não
 Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
 Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)
PI	[] Muito Satisfatório (MS)	[S] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório (I)	[] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)





II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

A cidade de Manaus vem enfrentando problemas típicos de crescimento urbano rápido e desordenado. Sua população quintuplicou nos últimos 40 anos, concentrando mais da metade da população de todo Estado. Este processo foi acompanhado do desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais vinculadas a instalação da Zona Franca e de novas atividades do governo.

Manaus apresenta uma rede de igarapés que deságuam direta ou indiretamente no Rio Negro e o arranjo da ocupação do espaço urbano, assistido de forma precária pelo poder público, permitiu que a população de baixa renda se estabelecesse em áreas impróprias para habitação, tais como, encostas, nascentes de igarapés, barrancos e antigos depósitos de lixo, desprovidas completamente de saneamento básico, enquanto a população com melhor poder aquisitivo ocupou as áreas regularmente instituídas no município.

O Governo do Estado do Amazonas – GEA vem promovendo o saneamento, o desassoreamento e a utilização racional do solo às margens destes igarapés, por meio do PROSAMIM, com vistas à manutenção do patrimônio natural e melhoria das condições de vida da população envolvida, abordando a problemática existente de forma integrada. Para essa ação o Estado buscou inclusive financiamentos externos, cujo órgão financiador tem sido o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos recursos internos, financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF), ademais dos seus recursos próprios.

A estratégia adotada priorizou as áreas de intervenção com base na relação benefício/custo sócio-ambiental, considerando a densidade populacional e a gravidade dos problemas sociais e ambientais ocasionados pela ocupação dos leitos dos Igarapés por palafitas, pela redução das matas ciliares, contaminação hídrica por efluentes residenciais e industriais, excessiva impermeabilização do solo, perda da função de drenagem dos igarapés, entre outros, versus o custo das intervenções. Com este critério, a bacia do Igarapé Educados/Quarenta com densidade de população de 115 habitantes por hectares, foi selecionada para iniciar o PROSAMIM, com ações de Governo que tiveram início em 2003, com a criação do Programa.

As obras se iniciaram em 2005 com recursos do próprio Estado e da Caixa Econômica Federal (CEF), e somente em 2006, foi assinado o primeiro contrato de empréstimo com o BID (Contrato 1692/OC-BR) no montante de US\$140 milhões para um programa de US\$200 milhões para realizar as intervenções nas sub-bacias dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, etapa denominada PROSAMIM I. As obras executadas nos igarapés da Cachoeirinha e Quarenta foram reconhecidas pelo BID, como contrapartida local.

Devido à desvalorização do dólar em relação ao real ocorrida entre os anos 2006 e 2009, bem como à necessidade de incorporar trabalhos não previstos nos projetos básicos, mas identificados como indispensáveis nos projetos executivos, tal montante tornou-se insuficiente para o financiamento de todas as atividades requeridas para o cumprimento dos objetivos traçados para o programa original. Por isso foi obtido um empréstimo suplementar com o BID, no valor de US\$77 milhões para um programa de US\$110 milhões, firmado em setembro de 2009 (2165/OC-BR), que foi celebrado para complementar as ações e metas físicas do PROSAMIM I (PROSAMIM SUPLEMENTAR), com prazo para o último desembolso inicialmente fixado em 01/09/2012 (execução em cinco anos).

Os dois empréstimos são o alvo deste PCR, que apresenta os resultados esperados nesses dois Contratos, uma vez que na ocasião da contratação do empréstimo 2165/OC-BR o Contrato 1692 OC-BR foi dispensado de apresentação de um PCR e seus objetivos incorporados a este Suplementar. Ademais, como há necessidade de mais recursos de contrapartida e a previsão de





término do projeto passou para 31/03/2014, apresenta-se neste PCR considerações sobre os montantes financeiros exigidos e os objetivos físicos a serem alcançados.

b. Descrição do Projeto

O Programa relativo ao Empréstimo Suplementar mantém os objetivos gerais e específicos do PROSAMIM I: contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, e em particular os moradores da Bacia do Igarapé Educandos-Quarenta (BIEQ)

i. Objetivos de Desenvolvimento

Os recursos do Programa vem sendo utilizados para completar as ações que permitam alcançar os objetivos específicos do PROSAMIM I: (i) melhorar as condições ambientais e de saúde na área de intervenção do Programa por meio da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de drenagem pluvial de abastecimento de água potável, de coleta e disposição final de esgotos e de lixo e de recuperação ambiental em áreas de cabeceiras; (ii) melhorar as condições de moradia da população residente em tais áreas, mediante o ordenamento urbano, a regularização da posse da terra, as soluções habitacionais adequadas, a implantação de áreas de lazer e a educação sanitária e ambiental da população; e (iii) aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa, assim como sua capacidade para incorporar a participação da comunidade no processo decisório.

ii. Componentes

Componente 1. Melhoria Ambiental, urbanística e habitacional

Este componente inclui a totalidade dos investimentos em obras, assim como as relativas ao assentamento de famílias (bônus moradia e outros). Os recursos estão sendo aplicados com vistas: a) recuperar a função de drenagem dos igarapés; b) o reordenamento urbano e o reassentamento das famílias afetadas pelas obras; c) utilizar os espaços recuperados e melhorar a circulação no centro da cidade, e d) dotar a população assentada e a que vive na bacia dos igarapés de serviço de água e saneamento. Para tanto, foram definidos os projetos das obras correspondentes, que foram, posteriormente incluindo a incorporação de trabalhos não previstos nos projetos básicos, mas identificados como indispensáveis nos projetos executivos, o que gerou aumento de custo para atingir os objetivos. O empréstimo Suplementar objetivava a (i) finalização das obras do PROGRAMA, compreendendo um conjunto residencial com 250 moradias e sua infraestrutura (quadra bairro), dois parques urbanos, aproximadamente 320 m de galerias de macrodrenagem, 1.120 m de vias públicas e 8 km de redes coletoras de esgoto; (ii) contratação de outras obras que devem completar as ações previstas no PROSAMIM I, compreendendo: conjuntos residenciais com aproximadamente 700 moradias e sua infraestrutura, aproximadamente 1.100 m de galerias de macro-drenagem, 2000 m de vias públicas e 25 km de redes coletoras de esgoto, bem como a recuperação e ampliação de uma estação de pre-condicionamento de esgotos; (ii) o pagamento de aproximadamente 1.000 bônus moradia e outros gastos com reassentamento de cerca de 2.000 famílias.

Componente 2. Sustentabilidade social e institucional

Este componente contribuirá para melhorar a capacidade operacional e de gestão dos órgãos envolvidos com a execução do programa e, posteriormente, com a operação e manutenção das obras e com a promoção da participação da comunidade no estabelecimento das condições necessárias à sustentabilidade das ações incluídas no programa. Por essas razões, inclui atividades de trabalho social previstas no Plano de Participação Comunitária, ações de





Comunicação Social e de Educação Ambiental e Sanitária, assim como gastos com fortalecimento institucional de entidades e órgãos municipais, estaduais ou federais envolvidos na operação e manutenção dos investimentos e na regulamentação, fiscalização, controle ou promoção da sustentabilidade dos investimentos do Programa.

No caso do Suplementar, os recursos seriam aplicados na continuação das ações em execução no PROSAMIM I e, especialmente, na contratação e execução de atividades, tais como: (i) Plano de Controle da Contaminação Industrial; (ii) Plano Diretor de Resíduos Sólidos; (iii) Plano de Contingências de Inundações; e (iv) Plano do Ordenamento Territorial.

c. Revisão da Qualidade do Desenho

N/A

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)	
Objetivos de Desenvolvimento (Propósito):	
1. Melhorar as condições de vida na área da BIEQ	
Classificação: P	
Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
<u>Efeitos Diretos Planejados:</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos (até dez 2012):</u>
No final da execução do Programa:	
1.1 Redução da incidência de hepatite A de 12,35 para 8,0 para cada 10.000 pessoas	1.1. Pessoas afetadas por hepatite A (transmitida por meio hídrico) em cada grupo de 10.000 habitantes: 12,35 (2009) para 0,03 (2012).
1.2 Redução da incidência de diarreias agudas de 57,35 para 40,02 para grupos de 10.000 pessoas	1.2. Pessoas afetadas por diarreia (transmitida por meio hídrico) em cada grupo de 10.000 habitantes: 57,35 (2009) para 0,00 (2012).
1.3 Redução do número de pessoas afetadas por dengue de 19 para 8,00 em cada grupo de 10.000 pessoas	1.3. Pessoas afetadas por Dengue, em cada grupo de 10.000 habitantes: 19,00 (2009) para 2,46 (2012).
1.4 Redução do número de pessoas afetadas por malária se 16 para 10,00 em cada grupo de 10.000 pessoas	1.4. Pessoas afetadas por Malária, em cada grupo de 10.000 habitantes: 16,00 (2009) para 0,00 (2012).
2. Solucionar os problemas sócio ambientais dos habitantes da BIEQ	
Classificação: P	
Indicadores Chaves de Efeitos Diretos:	
<u>Efeitos Diretos Planejados:</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos (até dez 2012)</u>
2.1 Redução da contaminação da água nos igarapés por coliforme termotolerante para 1.000,00, que era de 2.400,00 NMP/100ml em 2006.	2.1 Coliformes termotolerantes: de 2.400,00 NMP/100ml (2006) para 11.000.000,00 (2012).
2.2 Aumentar para 4,20 o Oxigênio dissolvido nas águas (OD) que era de 3,10 mg/LO ₂ em 2006	2.2 Oxigênio dissolvido nas águas (OD): de 3,10 mg/LO ₂ (2006) para 1,34 (2012).
2.3 Diminuir para 20,00 a Demanda Bioquímica de Oxigênio que era de 240,00 mg/LO ₂ em 2006	2.3 Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO ₅): de 240,00 mg/LO ₂ (2006) para 68,00 (2012).
2.4 Diminuir para 10,00 o Nitrogênio amoniacal que era de 20,00 mg/LN em 2009	2.4 Nitrogênio amoniacal: de 20,00 mg/LN (2009) para 25,80 (2012).
2.5 Diminuir para 75,00 a Demanda química de Oxigênio que era de 152,30 mg/LO ₂ (2006)	2.5 Demanda Química de Oxigênio (DQO): de 152,30 mg/LO ₂ (2006) para 222,00 (2012).
2.6 Redução do número de pessoas afetadas pelas inundações em Manaus que eram 36.000 em 2006.	2.6 Pessoas afetadas por inundações: de 36.000 pessoas (2006) para 35.905 pessoas (2012).
2.7 Diminuição do número de casas localizadas em assentamentos precários na cidade de Manaus que era de 7.000 em 2006	2.7 Casas localizadas em assentamentos precários na cidade de Manaus: passou para 7.181 casas (2012).
Reformulação:	
[] N/A	





PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas conseqüências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metast. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

N/A

Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):

Muito Provável(MP) Provável (P) Pouco Provável (LP) Improvável (I)

Parece provável que os objetivos de desenvolvimento sejam atingidos, uma vez que até agora grande parte dos indicadores escolhidos apontam nessa direção. A principal exceção é o indicador 2.1 que está bem pior do que no início do Programa. Uma possível razão disso é que esse Indicador está sendo medido no Parque Mestre Chico num ponto do Igarapé perto de onde há uma estação elevatória de esgoto cujo funcionamento ou parada pode estar afetando os resultados. Outra causa possível para esse valor estar elevado, pode ter sido a metodologia usada para coleta, que por ser pontual caracterizou somente o ponto e não o trecho do Igarapé. Além disso, foi feita somente uma medida inicial, o que agora está sendo corrigido com execução de duas medidas por ano, uma em Janeiro, na época de cheias, e outra em Junho, na estiagem.

Os valores de OD- oxigênio dissolvido, de que tratam o Indicador 2.2, são os parâmetros mais sensíveis e indispensáveis aos organismos aeróbios, pois águas com baixos teores de oxigênio dissolvido indicam que receberam matéria orgânica, cuja decomposição por bactérias aeróbias é acompanhada pelo consumo e redução do oxigênio dissolvido da água. O Indicador 2.2, pode ter piorado pelo fato de ser calculado como a relação entre a quantidade de oxigênio e a vazão total de esgoto no local, vazão esta que diminuiu no local de medição, uma vez que as palafitas anteriormente existentes e que contribuíam para essa vazão terem sido retiradas, o que diminuiu muito mais a quantidade de água que a de matérias suspensas. Somente com a conclusão das obras o objetivo expresso no indicador será alcançado.

As águas do Igarapé Mestre Chico só começarão a ter melhorias após a operação constante do sistema de tratamento de esgoto e as ligações intradomiciliares concluídas.

Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país do banco.

A estratégia do Banco em relação ao Brasil (GN-2327) estabelece três objetivos de cooperação com o País: promover o crescimento sustentável, com estabilidade e sustentabilidade ambiental; reduzir a pobreza, promover a inclusão social e uma maior igualdade social e regional; e aprovar o fortalecimento institucional, promover a democracia e a participação pública. Para cumprir estes objetivos, o Banco concentrou suas ações de cooperação nas seguintes quatro áreas: infraestrutura, pobreza, equidade e formação de capital humano, com um foco em programas condicionados de distribuição de renda; uso de ações integradas de combate a pobreza urbana e melhorias nas condições de habitação, eficiência e qualidade ambiental das cidades; e modernização do Estado e fortalecimento das instituições, com ênfase nos governos estaduais e municipais.

Este Programa apresenta dois objetivos com duas áreas estratégicas. Suas operações abrangem a atenção aos problemas de gestão ambiental e recursos naturais, e a redução da pobreza e das desigualdades sociais. As operações também abrangem a contribuição para a reforma e a modernização do setor público na medida em que contemplam ações de fortalecimento institucional das entidades públicas envolvidas no Programa para melhoramento da sua capacidade de gestão e desenvolvimento urbano da cidade, executa obras de infraestrutura e promoção da produção de soluções de habitação acessível a grupos de mais baixa renda.

Os indicadores acima apresentados são os que, efetivamente, vem sendo monitorados pelo Programa. No Marco Lógico elaborado para o Relatório de Projeto (Anexo 2) havia indicadores de impacto medido pelo IDH da bacia, cuja obtenção se comprovou inexecuível, razão pela qual foram abandonados. Para medir o impacto foram introduzidos outros dois indicadores relativos a casos de dengue e de malária.

Esses indicadores foram incluídos conforme acordado na Missão de 05/2010 quando se avaliou os dados disponibilizados pelo Sistema de informações epidemiológicas oficiais e se constatou a relevância dos indicadores frente às intervenções estruturais na área de abrangência do PROSAMIM, o que também explica sua linha de base em 2009;

Na matriz de resultados foi desconsiderado o indicador referente ao número de pessoas que visitam o parque, por falta de meios para fazer essa medição. Na ocasião foi introduzido o indicador da quantidade de nitrogênio reduzido.

O indicador "Quantidade de Coliformes Fecais" tinha esta denominação dada pelo CONAMA (CONAMA 20) que foi alterado para Coliformes Termotolerantes, pela Resolução CONAMA 357/2009. O indicador "Quantidade de Nitrogênio Amoniacal" foi incluído tendo em vista a Resolução do CONAMA 357/2009, que estabelece parâmetros para a qualidade da água.





Esses indicadores foram acompanhados através da observação dos dados coletados no sistema de informações epidemiológicas do Ministério da Saúde e por meio de contrato da UGPI com empresa privada para executar coletas semestrais.

Os indicadores de “Pessoas afetadas por inundações” e de “Casas localizadas em assentamentos precários na área de intervenção do Programa, foram atendidos de acordo com o marco Lógico dos Contratos de Empréstimo 1692/OC-BR (BR-L1005-BR) e 2165/OC-BR (BR-L1217-BR). No caso das informações sobre número de pessoas afetadas por inundações e de casas localizadas em áreas precárias, elas foram colhidas no Sistema de Avaliação do Plano de Reassentamento.

Na preparação do financiamento do Programa foi realizada uma análise benefício/custo para cada um dos projetos em nível de sub-bacia como um todo. Os resultados da análise mostram que o programa é viável economicamente em nível de cada sub-bacia, e em nível de projetos com taxas internas de retorno econômico muito superiores a 12%, exceto para drenagem cuja taxa calculada não inclui benefícios ambientais, difíceis de serem quantificados. Assim mesmo, os coeficientes de benefício/custo apresentaram valores superiores a 1.

b. Externalidades

Externalidades Negativas do Programa

Não se tem notícia de externalidades negativas resultante do Programa a não ser durante a liberação de áreas para construção e durante a execução de obras, que afetam suas redondezas, e os inconvenientes causados pelas remoções de famílias, ou pela demora na remoção de materiais provenientes de demolições. Também houve falhas na manutenção do paisagismo;

Como apontado anteriormente, há também algumas medidas que estão sendo tomadas que agravaram transitoriamente a situação de indicadores de qualidade, como quantidade de coliformes termotolerantes e nível de oxigênio dissolvido na água, mas que tendem a ser superados com a sua execução completa até o término do Programa.

Externalidades Positivas do Programa

O PROSAMIM I e, em consequência o Suplementar, têm vários objetivos interdependentes e multidisciplinares que estão sendo alcançados através da execução de dois componentes: i) melhoria ambiental urbanística e habitacional; e ii) sustentabilidade social e institucional.

Sem dúvida a execução de programa tão abrangente tem exigido uma capacitação gradual dos envolvidos, tanto no nível pessoal e profissional, como no nível institucional. Essa qualificação pessoal e institucional é um efeito que pode ser sentido em função da execução do programa. Outro efeito é a captação e capacitação de mão de obra local.

Por outro lado, no que concerne ao público alvo do Programa, a realização de reuniões, de palestras e encontros com temas relacionados ao reassentamento, participação comunitária, educação ambiental sanitária pós reassentamento e apresentações de apoio para equipe técnica como Balanço social etc., tem realmente conscientizado esse público em seu relevante papel na sustentabilidade atual e futura do Programa. A realização de oficinas para escolha de endereço e preparação para nova condição de moradia possibilitou a preservação dos vínculos sociais, com impacto positivo nas famílias. A comunidade se organizou, fato que não ocorria antes.

Os Projetos de Urbanização, além de patrocinar transformações estéticas e visuais no meio urbano, tendo considerado Parques Urbanos nas áreas de intervenção possibilitou mobilidade e segurança na área de circulação.





No que concerne a disponibilizar dados básicos para execução de futuros projetos, houve a construção da base de dados hidrológicos para desenvolvimento dos projetos de macro e micro drenagem. Com relação à concepção de todos os projetos é bom destacar: o aproveitamento de solo criado para implantação de Unidades Habitacionais; o uso de Tecnologias de Construção, possibilitando maior sustentabilidade das obras; a implantação do modelo de tipologia habitacional “Casas sobrepostas”, evitando a manutenção de áreas comuns; e que o Impacto Ambiental foi reduzido com a proteção da área para que não ocorram mais ocupações indevidas.

Ainda, quanto aos benefícios indiretos para a sociedade local, é interessante registrar que se tem vivenciado certa demanda pelos Centros de Pesquisa e Universidades de informações e discussões, propiciando assim, a incorporação dessas entidades aos problemas da Sociedade e sistematizando novos conhecimentos.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)		
Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:	
<p>1. Componente 1 <i>Melhoria Ambiental, urbanística e habitacional:</i></p> <p>Custo total do Componente 1: US\$283,4 milhões Contraparte: US\$87,9 milhões BID: US\$195,5 milhões Desembolso BID: 98,7%</p> <p><u>Classificação:</u> S,</p>	Produtos Planejados	Produtos Obtidos (até dez 2012)
	1.1 Execução de 6.865,02m de canais de água reabilitados e galerias de macrodrenagem construídas.	1.1 Executados 5.288,45m (2009); 219,26m (2010); 214,12m (2011); 681,50m (2012), com total de 6.403,33m.
	1.2 Construção de 17.680,63m de coletores de águas pluviais.	1.2 Construídos: 10.092,06m (2009); 2.320,59m (2010); 489,75m (2011); 3.001,03m (2012), com um total de 15.903,43m.
	1.3 Construção de 1.759 unidades habitacionais.	1.3 Construídas: 1.260,00 (2009); 491,00 (2010); 8,00 (2011); com um total de 1.759,00.
	1.4 Construção de 19,87 ha de infraestrutura habitacional.	1.4 Construídas: 18,09 ha (2009); 1,34 ha (2010); 0,44 (2011); com um total de 19,87 ha.
	1.5 Implantação de 12.577,19 de vias urbanas	1.5 Implantadas: 9.325,45m (2009); 1.762,50m (2010); 566,00m (2011); 333,24m (2012); com um total de 11.987,19m.
	1.6 Construção de 1 obra de arte (pontes ou viadutos).	1.6 Construída: 1 obra de arte em 2009.
	1.7 Implantação 24,31 ha de parques urbanos.	1.7 Implantados: 21,26 ha (2009); 0,70 ha (2010); 0,95 ha (2011); 1,30 (2012); com total de 24,21 ha.
	1.8 Regularização do acesso à água potável para 3.008 moradias.	1.8 Acesso regularizado: 1.260,00 moradias (2009); 491,00 moradias (2010); 8,00 moradias (2011); 3.011,00m moradias (2012); com total de 4.770 moradias.
	1.9 Instalação de 50.000 ligações domiciliares à rede pública de esgoto.	1.9 Instaladas: 1.260 ligações (2009); 491 ligações (2010); 8 ligações (2011); com um total de 1.759 ligações realizadas.
	1.10 Disponibilização de 50.000 conexões (mudada para 10.494,15 conexões).	1.10 Disponibilizadas: 4.158 (2009); 2.472 (2010); 3.021,15 (2011); 472 (2012) com um total de 10.123,15.
1.11 Construção de 63.585,50m de redes de esgoto.	1.11 Construídos: 53.903,02m (2009); 2.046,35m (2010); 130,09m (2011); 3.289,42m (2012); com total de 59.368,88m.	
<p>Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).</p> <p>A meta de macrodrenagem, embora ainda não atingida, poderá sê-lo até o final do programa. O comprimento de coletores de águas pluviais ficou abaixo do visado, mas a meta é atingível até o final do Programa. As metas do item 1.4 deverão ser ultrapassadas. Quanto ao item 1.9 e 1.10 não há condições de serem atingidos. No entanto, resultados bem razoáveis podem ser esperados como se discute mais adiante neste documento. Quanto ao 1.11, ainda se espera construir mais redes de esgoto até chegar aos 63.585 m de extensão dentro do Programa e no âmbito do contrato suplementar.</p>		
<p>Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças. N/A</p>		
<p>2. Componente 2: <i>Sustentabilidade social e Institucional</i></p> <p>Custo Total do Componente 2:</p>	Produtos Planejados	Produtos Obtidos (até dez 2012)
	2.1 Criar 33 organizações comunitárias.	2.1 Criadas: 30 (2009); 2 (2011); 3 (2012) com um total de 35.
	2.2 Realizar 152 campanhas de educação sanitária e ambiental.	2.2 Realizadas: 17 (2009); 13 (2010); 58 (2011); 32 (2012), com um total de 120.





<p>US\$3,94,0milhões Contraparte: US\$0,5 milhões BID: US\$3,4 milhões Desembolso BID: 100,0 %</p> <p>Classificação: S</p>	<p>2.3 Capacitação de 258 mulheres para inserção no mercado de trabalho.</p> <p>2.4 Realização de 1 campanha de comunicação.</p> <p>2.5 Implantação de 1 plano de fortalecimento institucional.</p> <p>2.6 Assinatura de 10 convênios.</p> <p>2.7 Execução de 10 convênios.</p> <p>2.8 Conclusão de 10 convênios.</p> <p>2.9 Elaboração de 1 Plano Diretor de Resíduos sólidos de Manaus – SEMULSP.</p> <p>2.10 Elaboração de 1 Plano de Contingências para Situações de Emergência na Bacia dos Educandos - (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM).</p> <p>2.11 Elaboração de 1 Plano Local de Habitação de Interesse Social - Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB.</p> <p>2.12 Implantação de 153 Planos de Contaminação Industrial - Fábricas de Controle.</p>	<p>2.3 Capacitadas para inserção no mercado de trabalho: 37 (2010); 158 (2011); 99 (2012); com um total de 294 mulheres.</p> <p>2.4 Campanha de comunicação social realizada: 1.</p> <p>2.5 O Plano de Fortalecimento institucional está sendo gradativamente implantado.</p> <p>2.6 Convênios assinados: 7 (2010); 3 (2011), com um total de 10.</p> <p>2.7 Convênios em execução: 10.</p> <p>2.8 Nenhum dos 10 convênios foi concluído.</p> <p>2.9 O Plano Diretor de Resíduos sólidos de Manaus foi elaborado – SEMULSP.</p> <p>2.10 A elaboração do Plano de Contingências para Situações de Emergência na Bacia dos Educandos foi contratada com a FUNPEA.</p> <p>2.11 O Plano Local de Habitação de Interesse Social - Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB foi elaborado e está em análise pelo IMPLURB.</p> <p>2.12 Implantados: em 17 fábricas (2011); em 136 fábricas (2012), com um total de 153 planos.</p>
<p>Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável). O Plano de Fortalecimento Institucional (2.5), após ser não objetado pelo BID, foi repassado às entidades interessadas e cada uma apresentou à UGPI as suas necessidades em termos de compras ou contratos de serviços para a implantação de seu PFI. O Plano estará totalmente implantado quando todas essas contratações ou compras tiverem sido efetuadas. O Plano previsto no 2.10 está 80% concluído em 31/12/2012, havendo necessidade, no entanto, de recontratar a FUNPEA para concluir o restante até agosto de 2013 (Ver tabela de investimentos neste item no Anexo 1). Espera-se dar continuidade a esse plano no PROSAMIM III.</p>		
<p>Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as conseqüências dessas mudanças: N/A</p>		
<p>Resumo do Progresso de Implementação – Classificação: <input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)</p>		

Com relação aos Produtos do Componente 1 foram readequados os indicadores para melhor refletir as características da execução das obras, o que também viabiliza melhor controle e medição desses indicadores.

Os Produtos 1.1 e 1.2 foram estruturados desta forma na reunião de 18/08 de 2011 em Brasília, mas no marco lógico o indicador é único para macro e micro drenagem, igual a 10.700, valor este alterado em decorrência do detalhamento do projeto básico para projeto executivo.

No Produto 1.3 as unidades habitacionais construídas foram destacadas das demais modalidades de reassentamento após detalhamento do projeto básico. A este produto também se agregou a infraestrutura urbana necessária à construção das quadras bairro com espaços comuns de convivência como parques *playground* acessos (*Milestone* 1.4).

O Produto 1.5 que trata das novas vias urbanas foi redimensionado a partir da elaboração do Projeto Executivo com destaque às obras de arte que se tornaram indicadores de produtos.

As obras de arte especial do Produto 1.6 se destacam do sistema viário tendo em vista que na maioria das vezes requerem métodos construtivos mais complexos (frequentemente mais lentos que as demais frentes das obras) e custo relativo alto.

Os Parques urbanos do Produto 1.7 aumentaram de 15 ha para 24 ha, após o Projeto Executivo.





O indicador do Produto 1.8, regularização do acesso a água potável, se refere ao acesso a água potável de forma regular para as famílias reassentadas nas unidades habitacionais construídas pelo PROSAMIM.

A meta do Produto 1.9, de domicílios ligados à rede pública de esgoto, revisada pela equipe da engenharia é de 3.023 conexões realizadas, que corresponde às unidades habitacionais ligadas. Importante considerar que a meta anteriormente fixada em 1.9 de fazer 50.000 ligações corresponderia a atender um grupo de aproximadamente 250.000 pessoas (5 pessoas por domicílio) e exigiria a construção de uns 300.000 m de rede, valores considerados inatingíveis. Parece ter havido um engano na fixação dessa meta que provavelmente se referia ao atendimento de 50.000 pessoas e não a se fazer 50.000 ligações, o que representaria o atendimento de um número 5 vezes maior de pessoas.

A meta original de 1.10, que era de disponibilizar 50.000 conexões, pelas razões acima expostas também era inviável. No entanto, uma meta de construir 63.585,5 m de rede até 2013 (*Milestone* 1.11), para a qual está preparado o Prosamim, e com isso disponibilizar 10.494 ligações (*Milestone* 1.10), permitiria atender 52.463 pessoas, metas bastante plausíveis.

Sobre os indicadores dos produtos do Componente 2, pode-se dizer que são os mesmos originais aos quais foram agregados outros que a equipe do projeto considerou conveniente para o monitoramento.

O indicador do Produto 2.3 (Mulheres Capacitadas) foi destacado por se tratar de um indicador de acompanhamento mundial, mostrando que a capacitação das mulheres vem sendo realizada com sucesso pelo Programa.

As metas físicas dos Produtos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 foram revisadas na Missão de Maio/2010 (aumentaram em função do projeto executivo que definiu a envoltória de intervenção abrangendo neste Programa uma área maior) e consolidação dos indicadores na reunião de 18/08/2011. As metas físicas para 2012 dos produtos 1.2, 1.5, 2.1 e 2.11 e dos *milestones* do produto 1.9 (itens 1.10 e 1.11) foram reprogramadas:

- 1.2 – Coletores de água pluviais construídos de 19.437,69 para 17.680,63 reduzido em função da redução de vias urbanas (1.5)
- 1.5 – Vias urbanas implantadas: de 14.255,21 para 12.577,19 – por ter se tornado inviável a implantação de vias secundárias, eliminadas em função da remoção de imóveis construídos em área urbana consolidada de alvenaria e inviáveis economicamente.
- 1.9 – ligações domiciliares instaladas na rede pública – foram computadas somente as 1.759 unidades habitacionais instaladas.

A estratégia estabelecida pelo BID com a UGPI relativamente ao produto 2.8 é que todos os convênios serão denunciados até o final de março de 2013 e que, para as entidades que tiverem necessidades estabelecidas e reconfirmadas, poder-se-á se avaliar apoiá-las no marco do PROSAMIM III.

Quanto ao Plano Local de Habitação de Interesse Social, após sua análise a IMPLURB o encaminhará a Secretaria de habitação e Assuntos Fundiários em 2013.

As metas físicas a serem executadas após a realização deste PCR, durante 2013 até março de 2014, estão indicadas no Anexo 1.





d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)		Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)		% Difere nça
1. Engenharia e Administração	18.100	1. Engenharia e Administração	20.859	15,25
1.1 Gerenciamento e Supervisão	14.900	1.1 Gerenciamento e Supervisão	14.562	-2,27
1.2 Estudos e Projetos	3.200	1.2 Estudos e Projetos	6.297	96,79
2. Custos Diretos	255.108	2. Custos Diretos	287.364	12,64
2.1 Comp. 1: Melhoria ambiental urb. e hab	240.838	2.1 Comp. 1: Melhoria ambiental urb. e hab.	283.446	17,69
2.2 Comp. 2: Sustentabilidade social/institucional	14.270	2.2 Comp. 2: Sustentabilidade social/institucional	3.918	--72,55
3. Custos Concorrentes	6.000	3. Custos Concorrentes	726	-87,90
3.1 Auditoria, avaliação e Monitoramento	6.000	3.1 Auditoria, avaliação e Monitoramento	726	87,90
4. Custos Financeiros	30.792	4. Custos Financeiros	12.014	-60,98
4.1 Juros	29.956	4.1 Juros	11.548	-61,45
4.2 Comissão de Compromisso	836	4.2 Comissão de Compromisso	466	-44,27
TOTAL	310.000	TOTAL	320.963	3,54

Explique brevemente diferenças.

Houve um aumento dos investimentos previstos em Engenharia, fortemente concentrado em estudos e projetos, e aumento nos Custos Diretos, estes concentrados no Componente 1, particularmente em macro e micro drenagem e em infraestrutura sanitária. Esses aumentos foram parcialmente compensados com diminuição nos gastos do Componente 2, dos Custos Concorrentes e de Juros. Esse ajuste foi conseguido com remanejamento de saldos entre componentes.

O orçamento e a execução financeira do Programa estão apresentados no Anexo 1 a este PCR.

Importante destacar que com prévia autorização do Banco, o executor utilizou do empréstimo 2006/OC-BR o valor de US\$ 48.075.995,83 para pagamento das despesas do presente empréstimo, tendo em vista que o mesmo encontrava-se em preparação e as obras e o reassentamento das famílias correspondente às metas do empréstimo 1692/OC-BR (PROSAMIM I) não poderiam ser paralisadas. Por essa razão, o Programa apresentou em sua execução um descompasso entre avanço físico e financeiro para poder ressarcir o Contrato de Empréstimo 2006/OC-BR, ressarcimento este a ser concluído no decorrer de 2013.

Valores em US\$ milhões

FONTE	2010		2011		2012		SOMA 2010-2012		Saldo Previsto	TOTAL
	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado		
BID	2,00	1,50	28,00	24,30		5,00	30,00	30,80		30,80
GEA			6,00	6,82	6,00	4,40	12,00	11,22	6,05	17,27
TOTAL	2,00	1,50	34,00	31,12	6,00	9,40	42,00	42,02	6,05	48,07

Também se faz mister assinalar que até dezembro de 2012 a totalidade dos recursos financeiros do Empréstimo 2165/OC-BR não chegou a ser usada no Programa, restando US\$ 6.498,02 mil para serem aplicados para chegar aos R\$110 milhões previstos, como se vê no quadro a seguir.

Investimentos 2165/OC-BR (Milhares de US\$)			
Categoria	Desembolsado	Disponível	
		BID	Contrapartida
Engenharia e Administração	3.620,26	0,00	0,00
Custos Diretos	93.449,75	2.567,56	3.720,73
Custos Concorrentes	610,45	0,00	0,00
Custos Financeiros	5.821,52	0,00	209,73
TOTAL	103.501,98	2.567,56	3.930,46





Por um lado, uma vez que os recursos financeiros do Prosamim I, oriundos do Empréstimo 1692/OC-BR e de contrapartida, foram totalmente utilizados, somando a aqueles investimentos os desembolsos do Suplementar, foram investidos até 31/12/2012 US\$303.502,98 mil (Ver Anexo 1 C).

Por outro lado, em termos de ações e obras programadas (Anexo 1 C), faltam investir US\$17.461,5 mil dentro do programa para executar 461,69m de macrodrenagem, 1.777,20m de coletores de águas pluviais, 590m de vias urbanas, 4.216,62m de redes de esgoto, 371 conexões disponibilizadas, 32 campanhas de educação realizadas, implantar um plano de fortalecimento institucional e concluir 10 convênios (Ver Anexo 1 E).

O resultado disso é que há necessidade de aumentar o total investido no Suplementar para US\$120.963,5 mil e esse total, no conjunto Prosamim I/Suplementar, para US\$320.963,5 mil, como se vê no Anexo 1B e no quadro a seguir. Para isso seria necessário alocar mais US\$ 10.963,5 mil de recursos financeiros adicionais que têm de ser de contrapartida, uma vez que os recursos ainda disponíveis do BID não seriam suficientes, passando essa contrapartida local a ser de US\$43.963,5 mil.

Item	Orçamento Vigente (US\$ mil)			Proposta	Adicional	Execução (US\$ mil)	
	Prosamim I	Suplementar	Soma	Atual (US\$mil)	US\$ mil	Investidos	A Realizar
Total	200.000,0	110.000,0	310.000,0	320.963,5	10.963,5	303.502,1	17.461,4
BID	140.000,0	77.000,0	217.000,0	217.000,0	-	214.432,4	2.567,6
Local	60.000,0	33.000,0	93.000,0	103.963,5	10.963,5	89.069,7	14.893,8
Participação Local %	30,0	30,0	30,0	32,4	100,0	29,3	85,3

Em ofício de 20/06/2013 o Governador do Estado do Amazonas solicitou a SEAIN que encaminhasse a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX sua pretensão com o objetivo de obter autorização para aumentar essa Contrapartida Local para esse total de R\$43.963 mil. Isso demandará uma revisão contratual. A recomendação da COFIEIX foi aprovada em 27/08/2013 e a STN manifestou sua concordância à formalização dessa alteração contratual. Finalmente, o PARECER PGFN/COF/N° 2082/2013, aprovado pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional em 13/11/2013, autoriza o BID a enviar o aditivo contratual correspondente.

IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

Fatores Críticos Positivos

Os **pontos positivos** que ajudaram a manter a execução do Programa, além da estabilidade econômica e política do país que resultou na consistência e previsibilidade de índice de custos na construção civil, foram, basicamente; (i) o apoio do Banco durante a execução, com resposta tempestiva às consultas formuladas pelo Executor; (ii) a tramitação em forma ágil dos pagamentos diretos aos consultores e empresas envolvidas, ajudando a manter os prazos acordados; e (iii) a manutenção da estrutura de gestão do Programa através da UGPI.

É importante destacar que para um Programa de longa duração e tão complexo como esse, a prioridade política mantida pelo Estado do Amazonas desempenhou, sem dúvida, um papel primordial entre esses fatores que influíram positivamente em sua execução.

Fatores Críticos Negativos

Algumas externalidades atuaram negativamente no Programa como a valorização do Real e desvalorização do Dólar; a necessidade de aumento da área de interferência direta do Programa, quando da elaboração do projeto executivo; e o incremento da população a ser remanejada na área de influência do Programa.





Quanto à desvalorização do dólar frente ao Real, problema que já esteve na origem da necessidade de se fazer um empréstimo suplementar que é este caso que está em exame, a sua influência não foi tão grande como no caso do Prosamim I, mas atuou sempre como uma incerteza na execução do Programa.

A necessidade de adequação das quantidades de materiais e serviços envolvidas nas obras a serem executadas, subavaliadas nos projetos básicos apresentados, além de demandar tempo para sua correção, resultou em aumento de custos dos investimentos planejados.

As reais necessidades das áreas de intervenção também justificam o aumento de recursos financeiros, resultantes da expansão das áreas de intervenção direta das obras, do aprimoramento do conceito de necessidade dos Parques Urbanos, da inclusão de infraestrutura habitacional e acréscimo da população a ser reassentada nas sub-bacias.

Alguns eventos como a falta de disponibilidade de recursos em data oportuna por parte da Fazenda do Estado, insuficiência de casas nos conjuntos habitacionais e o cadastramento de reassentados, também obrigaram a algumas reprogramações de ações.

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Muito Satisfatório ()

Satisfatório (S)

Insatisfatório ()

Muito Insatisfatório()

A Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI) está vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, tem autonomia administrativa e financeira, instituída por meio do Decreto nº 23.949, de 02 de dezembro de 2003, cuja finalidade, competência e estrutura organizacional estão previstas na Lei Delegada nº 69, de 18 de maio de 2007, que revogou a Lei Delegada nº 57, de 29 de julho de 2005.

Esta Unidade é composta por um coordenador executivo, subcoordenadores e assessores. Para realizar as tarefas de gestão, supervisão da construção, desenvolvimento de projeto, engenharia e fiduciária do Programa, a UGPI é apoiada por empresas de consultoria nas respectivas áreas temáticas e conta, ainda, com entidades participantes nas esferas estadual, federal, municipal e comunitária, além de envolver outras entidades da estrutura de gestão do Governo do Estado, bem como concessionárias dos serviços de água e esgoto e de energia elétrica.

Na preparação do presente Programa a UGPI optou por desenvolver um sistema específico para o PROSAMIM, que é o Sistema de Gerenciamento do PROSAMIM-SIGPRO, com migração eletrônica de dados, contratando a PRODAM. Esse sistema, que apoia também outros projetos no Estado ao nível municipal, permite fazer: solicitação de desembolsos; relatórios financeiros pelas nomenclaturas orçamentárias oficiais e por categoria de investimento em US\$ (sistema bimonetário). Ver mais detalhes no Anexo 1D.

O SIGPRO opera: (i) o Módulo de Gestão Financeira/Contábil, integrado com o sistema financeiro da SEFAZ (AFI), que controla a execução financeira do Programa e elabora solicitações de recursos e justificativas de gastos; (ii) o Módulo de Gestão Física, também integrado com o Sistema de Medição de Obras e Serviços - SICOP, responsável pelo processamento eletrônico de todas as medições permitindo, ainda, a programação e controle das metas físicas do PMR, além de monitorar as ações de gestão ambiental; (iii) o Módulo de Gestão do Planejamento responsável pela programação e acompanhamento do orçamento do Programa, das aquisições, contratos e convênios; e (iv) um módulo dedicado à Gestão de Usuários.





Considerando o exposto, pode-se afirmar que a atuação do Mutuário é plenamente satisfatória, tendo em vista sua habilidade para administrar riscos, monitorar os resultados de desempenho do Programa e tomar ações corretivas quando necessárias. Por outro lado, no seminário de encerramento foi manifestada pelos presentes a convicção da importância do papel desempenhado pela UGPI, conseguindo envolver todos os participantes na sua execução, conferindo agilidade e credibilidade às decisões tomadas.

c. Desempenho do Banco

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Os fatores críticos relacionados à sustentabilidade dos resultados do Programa foram identificados na preparação do projeto, consolidados em seu Marco Lógico, conforme apresentado no Anexo 2 deste PCR e continuam válidos até o presente.

De fato, para o Programa ser sustentável é indispensável que:

- Haja por parte dos governos apoio e vontade política de mantê-lo e tocá-lo adiante;
- Se mantenha a credibilidade dos Governos dentro das comunidades;
- A cidade mantenha o controle da ocupação e uso do solo;
- Haja participação e coordenação institucional de atores chaves, inclusive com a manutenção de acordos entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Manaus;
- Se respeite um marco regulatório legal e institucional com definição de competências e responsabilidades;
- Se mantenha a implementação do Plano Diretor da Cidade;
- Se mantenha a política de manutenção dos serviços sociais básicos (transporte, educação, infraestrutura);
- Os projetos a serem executados sejam devidamente selecionados, com prioridade claramente estabelecida;
- Os projetos sejam bem desenvolvidos do ponto de vista de engenharia, dos orçamentos, logística, ambiental e social;
- No que concerne a sua viabilidade econômica e financeira, haja alocação orçamentária, tarifas de usuários e, eventualmente, outras medidas de recuperação de custos, sempre que se revelar necessário; e
- Haja sempre a participação da comunidade/beneficiários.

A existência de um Plano Operacional futuro não é uma garantia total de sustentabilidade do PROGRAMA, mas é o primeiro passo para garanti-la, uma vez que ele lista os fatores críticos do Programa, indica como serão abordados cada um deles e permite estimar os custos que estarão envolvidos para que o PROSAMIM siga em frente. Primeiramente é necessário assegurar o aporte adicional dos US\$ 10,95 milhões, por meio do PROINFRA (Operação de crédito com o Banco do Brasil) para que o Programa possa realizar seus objetivos até o seu término em 2014.

b. Riscos Potenciais

Alguns dos riscos identificados no início do Programa foram afastados por medidas tomadas pelos responsáveis pela sua execução. No entanto, numa avaliação específica realizada em dezembro de 2010, foram identificados novos riscos devidos a: (i) valorização do real e desvalorização do dólar; (ii) necessidade de aumento da área de interferência direta do





Programa, quando da elaboração do projeto executivo; e (iii) incremento da população a ser remanejada na área de influência do Programa.

Desde então, os relatórios de monitoramento do progresso da execução do Programa (os PMRs) indicam que os técnicos do BID que acompanham sua execução consideram que os riscos da operação são todos de caráter moderado e podem ser apresentados como:

- Risco de desenvolvimento, se houver insuficiente resposta de produção das soluções habitacionais para atender às demandas do Programa em tempo e quantidade;
- Risco de governança e de gerenciamento público se houver descoordenação entre atividades e instâncias do executor, incluindo ações a nível de outros intervenientes com limitantes de planificação;
- Risco de sustentabilidade econômica e fiscal, se ocorrer variações não previstas nos índices de preços e desvalorização monetária do dólar;
- Risco da sustentabilidade ambiental e social se houver atrasos nas desapropriações e reassentamentos e também se houver dificuldades em convencer as populações beneficiárias em conectar suas habitações às redes de esgotamento sanitário;
- Risco de monitoramento e responsabilização se não houver uma forte articulação interinstitucional ou se desleixar a manutenção das instalações por parte dos beneficiários e das autoridades públicas em suas respectivas áreas de responsabilidade.

De fato, as áreas desocupadas com a remoção dos seus ocupantes podem sempre sofrer novas invasões antes do início das respectivas obras. Para evitar essa reocupação é necessário prever uma adequada planificação das obras e do reassentamento para que ambas as ações se efetuem de forma a se evitar essas invasões. Outra providência indispensável nesse caso é o monitoramento dos locais para tomar rapidamente as providências necessárias em caso de ameaça ou real invasão.

É indispensável à adoção de medidas de fiscalização e controle por parte do GEA e do Município, que devem ter a mão uma estratégia integral para a solução dos assentamentos informais, além de proverem a criação de áreas verdes e equipamentos comunitários para a cidade.

Para assegurar a sustentabilidade das ações adotadas no Programa sempre serão necessárias ações de participação comunitária, comunicação social e educação ambiental, bem como a manutenção da capacidade institucional das entidades estaduais e municipais envolvidas na operação, manutenção ou preservação dos investimentos e nas ações sociais, habitacionais e ambientais.

Neste contexto, para minimizar o risco de novas ocupações nos igarapés o GEA/Município vem implementando políticas preventivas que compreendem o aumento da oferta de moradias de baixo custo e o controle das áreas vulneráveis. Em particular as Áreas Especiais de Interesse Social, instituídas pelo Município, aumentam a oferta de terrenos de baixo custo para usos residenciais—solo criado, possibilitando o acesso das famílias de menor poder aquisitivo às áreas devidamente urbanizadas.

Em termos de monitoramento e responsabilidade há o risco de não haver suficiente coordenação entre os responsáveis pelas diversas ações relativas ao Programa, tanto da parte do Executor como nas ações de outros intervenientes com atribuição de planejamento. Para diminuir esse risco há necessidade de se manter uma forte articulação interinstitucional.

A dificuldade de convencer as populações beneficiadas em conectar seus domicílios às redes de esgotamento sanitário é um risco real que deverá ter alguma medida mitigatória, antes do término deste Programa, uma vez que até o presente não há meios legais, suficientes para obrigar a conexão.



Além disso, há sempre o risco de não haver manutenção suficiente nas obras executadas. Para diminuir o risco é necessário definir claramente como será feita e de onde virão os recursos financeiros para a manutenção das instalações por parte dos beneficiários e pelas autoridades em suas respectivas áreas de responsabilidade. O Estado tem envidado esforços adicionais para garantir a manutenção satisfatória de todas as obras do Programa, por meio da SRMM e da UGPI, e está buscando novas parcerias como forma de minimizar os investimentos necessários à manutenção. Encontra-se em andamento, com apoio do BID, a contratação do IBAM para elaborar estudos de uma nova estratégia para a manutenção, por meio de parcerias público privadas, o que minimizará os investimentos públicos com manutenção.

Quanto aos aspectos de operação das obras construídas pelo Programa, são de responsabilidade do Município, cujas entidades vinculadas estão sendo preparadas, por meio do Plano de Fortalecimentos Institucional, para assumirem estas responsabilidades tão logo as obras sejam concluídas, garantindo assim a sustentabilidade inerente a este componente.

c. Capacidade Institucional

Para estar seguro da adequação das entidades que executam o Programa, foi realizada em 2007, uma avaliação institucional da UGPI, por meio da aplicação do Sistema de Avaliação da Capacidade Institucional (SECI). Essa avaliação identificou alguns aspectos que precisavam ser modificados, complementados e aperfeiçoados na estrutura de funcionamento implantada para a execução do Programa, o que foi implementado.

Além da UGPI, há outros órgãos envolvidos direta ou indiretamente na execução do PROSAMIM, que são denominados de Entidades Participantes ou Entidades Envolvidas. Eles são a ARSAM, a CPRM, o IMPLURB, o IMTT; o IPAAM, a MANAUSCULT, a SEMINF, a SEMMAS, a SEMULSP, SRMM e a SUHAB.

Quanto a essas entidades, a própria UGPI realizou, no início da execução do PROSAMIM I, uma avaliação da estrutura de cada uma delas, com o objetivo de elaborar um Plano de Fortalecimento Institucional a fim de que cada Órgão pudesse atender as demandas do Programa com a qualidade e a eficiência desejadas. Em 2011, com o avanço do PROSAMIM II e a preparação do PROSAMIM III, os Planos de Fortalecimento das entidades parceiras foram revisados e ajustados com vistas a ampliar a sustentabilidade do PROSAMIM, quando foram incluídas as seguintes entidades SEJEL, DEMA, SEMASDH, SPF e SEMTRAD.

Hoje, os trabalhos da UGPI são elaborados por pessoal diretamente alocado nos cargos de coordenação, subcoordenação e assessorias com apoio de profissionais de outros órgãos parceiros, além da equipe técnica das empresas gerenciadora e de supervisão de obras.

O Programa permite a transferência de tecnologia, troca de experiência e saberes, o que contribui para o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores da UGPI, empresa gerenciadora e demais entidades parceiras.

De fato, as ações de fortalecimento institucional, patrocinadas pelo próprio Programa, envolvem a implementação de competências humanas, técnicas, organizacionais, de liderança, de articulação, assim como dos recursos físicos e materiais para as instituições envolvidas.

Nesse âmbito, o fortalecimento institucional logrou dentre outras coisas, estruturar a capacidade de resposta das instituições, aperfeiçoar sua auto-avaliação em relação às diferentes questões que envolvem seu desenvolvimento, o que torna importante manter esse grupo sem se dispersar para poder manter a qualidade do trabalho a ser realizado e o cumprimento de prazos necessários. Cabe destacar um curso de mestrado apoiado pelo Programa para servidores da ARSAM, que além da formação na área de saneamento ambiental, gerou novos conhecimentos para compor as sete dissertações elaboradas pelos mestrandos.





Classificação de Sustentabilidade (SU) :

[] Muito Provável (MP) [P] Provável (P) [] Pouco Provável (PP) [] Improvável (I)

Espera-se que a maioria dos alcances significativos do projeto sejam sustentados durante a sua vida econômica, pois foram incluídos elementos satisfatórios dirigidos a assegurar sua sustentabilidade financeira e institucional.

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

O relatório que avaliou os indicadores deste Programa em 2011 ressalta como eles devem ser:

- Os de finalidade devem servir de base para o estabelecimento de metas, monitoramento e avaliação; medir o impacto geral que deve ser atribuído ao Programa; ser obtidos a um custo razoável, preferencialmente das fontes de dados já existentes.
- Os de componentes devem possuir uma descrição breve dos bens e serviços (estudos a serem desenvolvidos, planos, obras e etc.) que compõe o programa ou projeto; e
- Os de atividades devem caracterizar o resultado que se espera com cada atividade.

Na ocasião da preparação daquele relatório foi discutido e reexaminado o Marco Lógico do Programa de forma a promover discussões a respeito dos indicadores e estabelecer sua utilidade ao Programa. Foi discutida e entendida a modificação de indicadores anteriormente feita e porque esses indicadores passaram a ser utilizados no PMR.

Embora não tenha sido atingida a perfeição em termos de indicadores, o seguimento da evolução destes indicadores até hoje adotados no PMR servem como um bom balizamento para o acompanhamento do Programa.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação *Ex-Post*

De acordo com a Cláusula 4.10 do Contrato de Empréstimo, o Mutuário apresentará ao Banco, no final do primeiro ano contado a partir da data do último desembolso do Financiamento, um relatório de avaliação *ex-post* sobre os resultados do Programa, com base na metodologia e de acordo com as diretrizes ajustadas com o Banco. A avaliação *ex-post* permitirá avaliar a estratégia adotada para este Programa e introduzir os ajustes necessários para o planejamento de futuros programas similares.

Como o último desembolso do Programa está previsto para setembro de 2013, a avaliação *Ex-Post* será realizada no terceiro trimestre de 2014 e no decorrer de 2013, seria interessante o Banco estabelecer claramente com o GEA quais efeitos diretos e indicadores de desempenho serão monitorados, quem se encarregará desse monitoramento, assim como consultar que tipo de suporte poderia ser necessário de sua parte na execução dessas tarefas.

VII. Lições Aprendidas

Pode-se destacar como principais lições aprendidas as que se seguem.

O sucesso de um programa que envolve temas multidisciplinares, como é o caso do PROSAMIM, demanda um arranjo institucional que envolva a participação de entidades municipais, estaduais e, eventualmente, federais e organizações da sociedade civil em todas as suas fases. Esse arranjo institucional precisa ir além do relacionamento entre a Unidade Executora e as instituições parceiras, devendo ser ampliado para contemplar o relacionamento





interinstitucional entre as entidades envolvidas. Além disso, deverá haver estratégia de comunicação entre todas essas Entidades, incluindo reuniões periódicas (trimestrais, por exemplo), inclusive com a participação de representantes de associações de moradores, para fazer avaliações do avanço de execução do Plano de Fortalecimento Institucional (PFI) e cumprimento das metas acordadas nos convênios estabelecidos.

É preciso reconhecer a necessidade de implantação de um Plano de Capacitação dos Servidores que atuarão no Programa nas políticas do Banco nas respectivas áreas temáticas e a Unidade Executora deve estabelecer estratégias para a execução do fortalecimento de todos os outros envolvidos em conformidade com o Plano de Trabalho dos Convênios e com o Plano de Aquisições (PA) do respectivo Programa;

Aprimorar o processo de comunicação e informação sobre o Programa com as entidades parceiras, permitindo o acompanhamento das ações desde quando foi lançada a primeira Ordem de Serviço e elaborada a programação do trabalho social e ambiental. Também é conveniente haver uma política sobre as demandas externas: de receptividade e acolhimento, se forem enquadráveis nos objetivos previstos, ou de esclarecimento, se não o forem, mas sempre atuando de forma tempestiva.

É de destacar a importância de se manter atualizada a divulgação da situação de avanço do Programa também para os seus beneficiários, tendo a preocupação de modernizar a forma de acesso aos processos de interesse dos beneficiários (consulta online). Destaca-se a necessidade de fazer um registro das experiências de todas as equipes alocadas ao programa, que possa servir de memória técnica de todas as ações tomadas.

Apoiar as lideranças comunitárias ao acesso às políticas públicas (saúde, educação e cidadania), visando fortalecer o “empoderamento” da comunidade quanto ao endereçamento das demandas. As associações de moradores podem ajudar o andamento e a sustentabilidade do Programa, se forem apoiadas para se legalizarem; na busca de parcerias com instituições públicas; na busca da eventual inclusão em legislação de incentivos para sua sustentabilidade; e na disponibilização de espaço para funcionamento de associações representativas de moradores.

Não se deve subestimar a importância do fortalecimento das ações de comunicação no componente social com a utilização de instrumentos dirigidos (folhetos, banners, eventos etc.), que, sem dúvida, contribuem para favorecer a aproximação e credibilidade do Programa. Isso também pode evitar ações contra o próprio projeto tomadas pela população ou Ministério Público por desconhecimento dos propósitos envolvidos ou os fins almejados e, adicionalmente, provêm um instrumento de pressão para a continuidade do Programa, em períodos de mudança na administração pública.

Também imprescindível manter uma gestão dos investimentos com foco na variação cambial e da inflação, simultaneamente considerando o orçamento em dólar e despesa em reais, porque é crucial cumprir o cronograma das aquisições constante no PA, o que exige um bom planejamento físico e financeiro das metas e ações pretendidas, para uma gestão eficiente do programa. Em outras palavras, é importante estabelecer que o executor revisará mensalmente as matrizes de projetos para determinar a necessidade de cortes ou aportes de recursos adicionais, evitando assim que metas fiquem incompletas.

Em projetos deste tipo destaca-se a importância da presença constante e proativa do Banco, resolvendo tempestivamente os problemas que se colocam e agindo com flexibilidade para resolver situações que, na prática, aparecem, como a necessidade de mudança de indicadores, extensão de prazos de obras, reconhecimento de contrapartidas, e outros.

A essas lições se podem acrescentar as que se seguem.





Ao celebrar um contrato de Empréstimo com o BID o Mutuário deve estar ciente que a Unidade Executora deverá ser previamente capacitada devendo-se buscar mecanismos que garantam recursos financeiros e humanos para que o executor, após assinar contrato, possa dar início imediato às ações para a implantação do Projeto e de capacitação da equipe, que deve se preparar também para fazer o seu seguimento, de modo a poder informar ao Banco como está sua evolução.

Outro ponto importante é que sistemas de planejamento e controle devem ser ferramentas implantadas na fase de negociação de programas que envolvam ações multidisciplinares com financiamento externo e devem ter prioridade na implantação de modo a que o pessoal que vai usá-los esteja preparado para fazê-lo e de maneira a garantir a disponibilidade de informações precisas desde o início dos trabalhos.

O Plano de Aquisições – PAA, o Plano Operativo Anual – POA e os Planos de Fortalecimento Institucional – PFI, deveriam discriminar os valores previstos para cada atividade, os valores disponíveis e a quantidade que caberia a cada uma das Entidades Parceiras (anexo à planilha de valores previstos, realizados e a realizar) para tornar possível realizar uma análise do desembolso financeiro do Programa, confrontando os valores previstos com os executados, no que diz respeito às ações de fortalecimento institucional previstas e executadas. Previamente a implantação do respectivo PFI, cada entidade e o BID deveriam se manifestar sobre sua aprovação.

Quanto aos aspectos de execução de obras componentes dos programas desse tipo, deve haver um bom entrosamento entre a equipe específica dessa área com as demais equipes com atuações como as que se seguem: participação nas oficinas de Reassentamento para explicar aos beneficiários as características dos projetos e obras, reduzindo assim o mau uso e outras irregularidades; providenciar imediata retirada de entulhos oriundos das demolições necessárias; discutir a tipologia das unidades habitacionais que resultem mais conveniente para as características da população, procurando sempre garantir a acessibilidade com adaptações físicas para idosos e deficientes e a manutenção dos laços de vizinhança; desenvolver bons Projetos Executivos, para licitação e implantação das obras, de modo a permitir a elaboração de um orçamento com boa qualidade técnica e precisão orçamentária; e ter sempre em conta que as obras só poderão ser iniciadas após a realização das etapas sociais e desafetação da área.

Importante alocar estrategicamente os recursos do financiamento em todos os componentes do Programa, particularmente nas ações de reassentamento e indenizações, de modo a garantir sua adequada execução nos moldes desejados pelo Banco.

Deve haver uma presença contínua da fiscalização ambiental durante a execução do programa e um Sistema de Gestão Ambiental deve ser implantado no seu início para melhor monitoramento das atividades pelos órgãos ambientais. É aconselhável a realização de oficinas socioambientais específicas por opção de reassentamento e a promoção das ações socioambientais no processo de reassentamento, momento de maior receptividade do público.

A equipe social que atua nesses programas deverá ser multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, comunicadores sociais, pedagogos, biólogos, nutricionista) e ter flexibilidade e adaptabilidade na sua implementação para poder promover as adequações necessárias nos planos sócios ambientais e projetos de engenharia, a partir das demandas da comunidade, sem prejuízo da implementação do Programa. Importante que a equipe preveja programas para capacitação para geração de renda, voltada para a comunidade.





ANEXO 1 Evolução do orçamento e dos investimentos, metas físicas para o término do Programa e Sistema de Gestão.

1A - VALOR CONTRATADO										
Categorias		1692/OC-BR			2165/OC-BR			VALOR TOTAL		
		IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL
		US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
I	Engenharia e Administração	11.400,0	3.100,0	14.500,0	3.400,0	200,0	3.600,0	14.800,0	3.300,0	18.100,0
1.1	Unidade Executora	-	3.100,0	3.100,0	-	-	-	-	3.100,0	3.100,0
1.2	Gerenciamento e Supervisão de Obras	8.900,0	-	8.900,0	2.700,0	200,0	2.900,0	11.600,0	200,0	11.800,0
1.3	Estudos e Projetos	2.500,0	-	2.500,0	700,0	-	700,0	3.200,0	-	3.200,0
II	Custos Diretos	126.100,0	32.508,1	158.608,1	72.600,0	23.900,0	96.500,0	198.700,0	56.408,1	255.108,1
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	118.657,0	31.681,1	150.338,1	67.000,0	23.500,0	90.500,0	185.657,0	55.181,1	240.838,1
2.1.1	Macro e micro drenagem	54.600,0	4.500,0	59.100,0	26.300,0	12.900,0	39.200,0	80.900,0	17.400,0	98.300,0
2.1.2	Reordenamento urbano e reassentamento	45.000,0	11.500,0	56.500,0	23.500,0	7.100,0	30.600,0	68.500,0	18.600,0	87.100,0
2.1.3	Parques e vias urbanas	10.500,0	9.900,0	20.400,0	15.400,0	3.500,0	18.900,0	25.900,0	13.400,0	39.300,0
2.1.4	Infra-estrutura sanitária	8.557,0	5.781,1	14.338,1	1.800,0	-	1.800,0	10.357,0	5.781,1	16.138,1
2.2	Sustentabilidade social e institucional	7.443,0	827,0	8.270,0	5.600,0	400,0	6.000,0	13.043,0	1.227,0	14.270,0
2.2.1	Participação comunitária	2.000,0	-	2.000,0	300,0	-	300,0	2.300,0	-	2.300,0
2.2.2	Comunicação social	300,0	-	300,0	-	-	-	300,0	-	300,0
2.2.3	Educação ambiental e sanitária	700,0	-	700,0	300,0	-	300,0	1.000,0	-	1.000,0
2.2.4	Desenvolvimento institucional	4.443,0	827,0	5.270,0	5.000,0	400,0	5.400,0	9.443,0	1.227,0	10.670,0
III	Custos Concorrentes	2.500,0	1.500,0	4.000,0	1.000,0	1.000,0	2.000,0	3.500,0	2.500,0	6.000,0
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	2.500,0	-	2.500,0	1.000,0	1.000,0	2.000,0	3.500,0	1.000,0	4.500,0
3.2	Terrenos	-	1.500,0	1.500,0	-	-	-	-	1.500,0	1.500,0
IV	Custos Financeiros	-	22.891,9	22.891,9	-	7.900,0	7.900,0	-	30.791,9	30.791,9
4.1	Juros	-	22.256,0	22.256,0	-	7.700,0	7.700,0	-	29.956,0	29.956,0
4.2	Comissão de Compromisso	-	635,9	635,9	-	200,0	200,0	-	835,9	835,9
4.3	Fundo de Inspeção e Vigilância - FIV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS		140.000,0	60.000,0	200.000,0	77.000,0	33.000,0	110.000,0	217.000,0	93.000,0	310.000,0
PORCENTAGENS		70%	30%	100%	70%	30%	100%	70%	30%	100%



1B VALOR ATUAL

Categorias	1692/OC-BR			2165/OC-BR			VALOR TOTAL		
	IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL
	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
I Engenharia e Administração	14.012,9	3.226,3	17.239,1	3.400,0	220,3	3.620,3	17.412,9	3.446,6	20.859,4
1.1 Unidade Executora	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Gerenciamento e Supervisão de Obras	10.695,4	966,7	11.662,1	2.700,0	200,0	2.900,0	13.395,4	1.166,7	14.562,1
1.3 Estudos e Projetos	3.317,5	2.259,5	5.577,0	700,0	20,3	720,3	4.017,5	2.279,8	6.297,3
II Custos Diretos	125.878,8	50.783,7	176.662,6	73.012,6	37.689,0	110.701,6	198.891,4	88.472,7	287.364,2
2.1 Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	124.659,3	50.685,8	175.345,1	70.859,6	37.241,9	108.101,5	195.518,9	87.927,7	283.446,6
2.1.1 Macro e micro drenagem	53.991,1	31.013,1	85.004,1	28.359,6	16.777,6	45.137,2	82.350,7	47.790,7	130.141,3
2.1.2 Reordenamento urbano e reassentamento	44.693,6	2.975,5	47.669,1	23.600,0	12.592,2	36.192,2	68.293,6	15.567,7	83.861,3
2.1.3 Parques e vias urbanas	14.125,8	12.464,6	26.590,4	15.500,0	6.744,7	22.244,7	29.625,8	19.209,3	48.835,1
2.1.4 Infra-estrutura sanitária	11.848,8	4.232,6	16.081,4	3.400,0	1.127,4	4.527,4	15.248,8	5.360,0	20.608,8
2.2 Sustentabilidade social e institucional	1.219,6	97,9	1.317,5	2.153,0	447,1	2.600,1	3.372,5	545,0	3.917,6
2.2.1 Participação comunitária	363,2	16,2	379,4	202,6	11,8	214,4	565,8	28,0	593,8
2.2.2 Comunicação social	174,3	35,5	209,8	-	-	-	174,3	35,5	209,8
2.2.3 Educação ambiental e sanitária	12,4	-	12,4	24,9	13,3	38,2	37,3	13,3	50,6
2.2.4 Desenvolvimento institucional	669,6	46,2	715,9	1.925,6	422,0	2.347,6	2.595,2	468,2	3.063,4
III Custos Concorrentes	108,3	7,5	115,8	587,4	23,0	610,4	695,7	30,5	726,2
3.1 Auditoria, avaliação e monitoramento	108,3	7,5	115,8	587,4	23,0	610,4	695,7	30,5	726,2
3.2 Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV Custos Financeiros	-	5.982,5	5.982,5	-	6.031,2	6.031,2	-	12.013,7	12.013,7
4.1 Juros	-	5.778,4	5.778,4	-	5.769,4	5.769,4	-	11.547,8	11.547,8
4.2 Comissão de Compromisso	-	204,1	204,1	-	261,8	261,8	-	465,9	465,9
4.3 Fundo de Inspeção e Vigilância - FIV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	140.000,0	60.000,0	200.000,0	77.000,0	43.963,5	120.963,5	217.000,0	103.963,5	320.963,5
PORCENTAGENS	70%	30%	100%	64%	36%	100%	68%	32%	100%

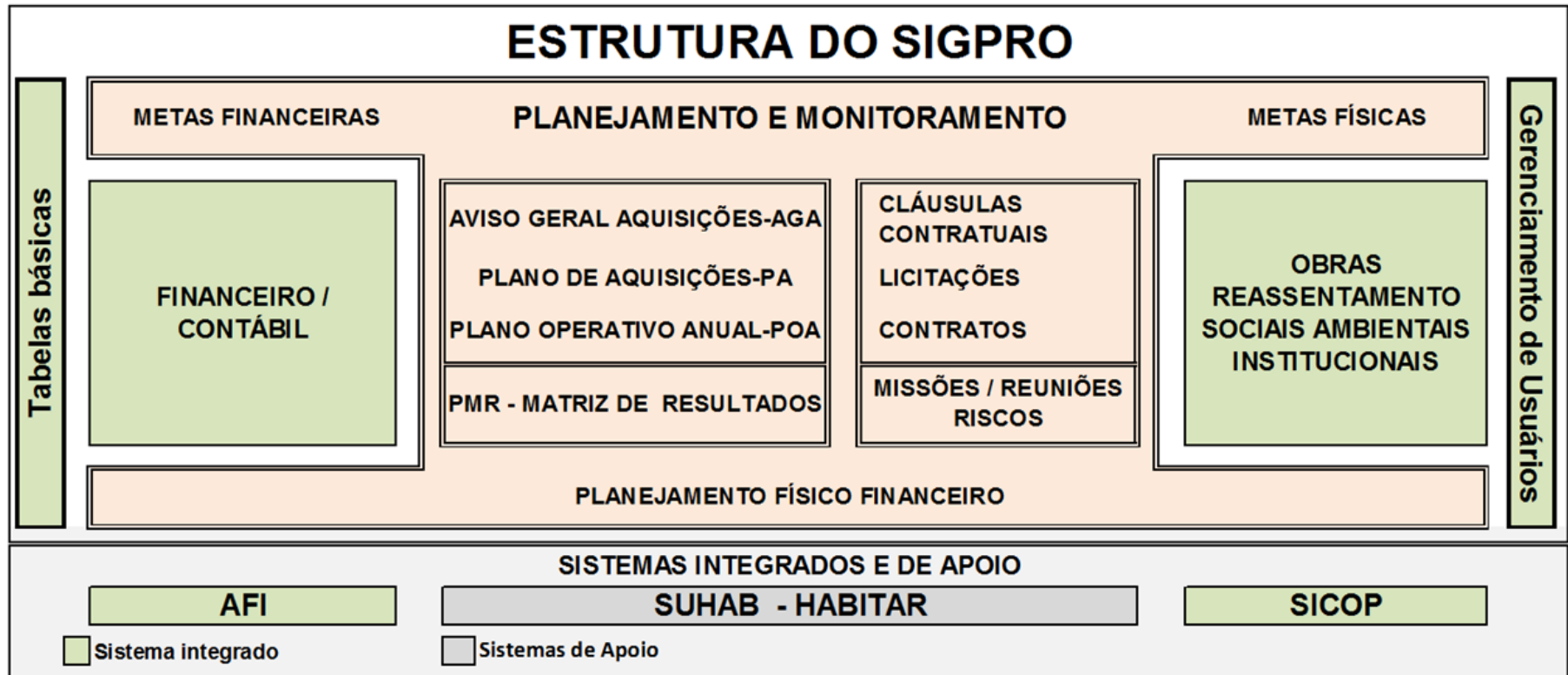


1C VALOR REALIZADO/A REALIZAR

Categorias		Realizado1692/OC-BR			Realizado 2165/OC-BR (dez/12)			TOTAL (acumulado dez-12)			2165/OC-BR - A REALIZAR		
		IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL	IDB/OC	LOCAL	TOTAL
		US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
I	Engenharia e Administração	14.012,9	3.226,3	17.239,1	3.400,0	220,3	3.620,3	17.412,9	3.446,6	20.859,4	-	-	-
1.1	Unidade Executora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2	Gerenciamento e Supervisão de Obras	10.695,4	966,7	11.662,1	2.700,0	200,0	2.900,0	13.395,4	1.166,7	14.562,1	-	-	-
1.3	Estudos e Projetos	3.317,5	2.259,5	5.577,0	700,0	20,3	720,3	4.017,5	2.279,8	6.297,3	-	-	-
II	Custos Diretos	125.878,8	50.783,7	176.662,6	70.445,0	23.004,8	93.449,8	196.323,9	73.788,5	270.112,4	2.567,6	14.684,2	17.251,8
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	124.659,3	50.685,8	175.345,1	68.292,0	22.715,3	91.007,4	192.951,3	73.401,1	266.352,5	2.567,6	14.526,6	17.094,1
2.1.1	Macro e micro drenagem	53.991,1	31.013,1	85.004,1	27.376,3	13.323,9	40.700,2	81.367,4	44.337,0	125.704,4	983,3	3.453,7	4.437,0
2.1.2	Reordenamento urbano e reassentamento	44.693,6	2.975,5	47.669,1	22.874,7	5.463,1	28.337,8	67.568,3	8.438,6	76.006,9	725,3	7.129,1	7.854,4
2.1.3	Parques e vias urbanas	14.125,8	12.464,6	26.590,4	15.500,0	3.826,1	19.326,1	29.625,8	16.290,7	45.916,5	-	2.918,6	2.918,6
2.1.4	Infra-estrutura sanitária	11.848,8	4.232,6	16.081,4	2.541,0	102,3	2.643,3	14.389,9	4.334,9	18.724,7	859,0	1.025,1	1.884,1
2.2	Sustentabilidade social e institucional	1.219,6	97,9	1.317,5	2.153,0	289,4	2.442,4	3.372,5	387,4	3.759,9	-	157,7	157,7
2.2.1	Participação comunitária	363,2	16,2	379,4	202,6	11,8	214,4	565,8	28,0	593,8	-	-	-
2.2.2	Comunicação social	174,3	35,5	209,8	-	-	-	174,3	35,5	209,8	-	-	-
2.2.3	Educação ambiental e sanitária	12,4	-	12,4	24,9	13,3	38,2	37,3	13,3	50,6	-	-	-
2.2.4	Desenvolvimento institucional	669,6	46,2	715,9	1.925,6	264,3	2.189,9	2.595,2	310,6	2.905,8	-	157,7	157,7
III	Custos Concorrentes	108,3	7,5	115,8	587,4	23,0	610,4	695,7	30,5	726,2	-	-	-
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	108,3	7,5	115,8	587,4	23,0	610,4	695,7	30,5	726,2	-	-	-
3.2	Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV	Custos Financeiros	-	5.982,5	5.982,5	-	5.821,5	5.821,5	-	11.804,0	11.804,0	-	209,7	209,7
4.1	Juros	-	5.778,4	5.778,4	-	5.560,7	5.560,7	-	11.339,2	11.339,2	-	208,7	208,7
4.2	Comissão de Compromisso	-	204,1	204,1	-	260,8	260,8	-	464,9	464,9	-	1,0	1,0
4.3	Fundo de Inspeção e Vigilância - FIV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S		140.000,0	60.000,0	200.000,0	74.432,4	29.069,6	103.502,0	214.432,5	89.069,6	303.502,1	2.567,6	14.893,9	17.461,5
PORCENTAGENS		70%	30%	100%	72%	28%	100%	71%	29%	100%	15%	85%	100%



1D – Sistema de Gerenciamento do PROSAMIM - SIGPRO



1E Metas a Serem Atingidas



Meta Física por Componentes x Produto

		Realizados	Previstos	A Executar
1: Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional				
Produto 1: Obras de Macro drenagem executadas (Canais de Água Reabilitados e Galerias de Macro drenagem construídas)	metros	6.403,33	6.865,02	461,69
Produto 2: Coletores de Águas Pluviais construídos	metros	15.903,43	17.680,63	1.777,20
Produto 3: Unidades Habitacionais Construídas	Unidade Habitacional	1.759,00	1.759,00	-
Infraestrutura habitacional construída	ha	19,87	19,87	-
Produto 4: Vias urbanas implantadas	Metros	11.987,19	12.577,19	590,00
Produto 5: Obras de Arte (pontes ou viadutos) construídas.	obras de arte	1,00	1,00	-
Produto 6: Parques urbanos implantados	Ha	24,21	24,31	0,10
Produto 7: Acesso à água potável regularizado	moradias	4.770,00	3.008,00	-
Produto 8: Ligações domiciliares à rede pública de esgoto instaladas	Domicílios	1.759,00	1.759,00	-
Redes de esgoto construídas	metros	59.368,88	63.585,50	4.216,62
Conexões disponibilizadas	conexões	10.123,15	10.494,15	371,00
2: Sustentabilidade Social e Institucional				
Produto 9: Organizações comunitárias criadas	Organização	35,00	33,00	-
Produto 10: Campanhas de Educação Sanitária e Ambiental realizadas	Campanhas	120,00	152,00	32,00
Produto 11: Mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho	mulheres	294,00	258,00	-
Produto 12: Campanhas de comunicação social realizadas	Campanhas	1,00	1,00	-
Produto 13: Plano de Fortalecimento institucional implantado	Plano	-	1,00	1,00
Convênios assinados	convênios	10,00	10,00	-
Convênios em execução	convênios	-	10,00	10,00
Convênios conclusos	convênios	-	-	-
Produto 14: Plano Diretor de Resíduos sólidos de Manaus Elaborado - SEMULSP	Plano	1,00	1,00	-
Produto 15: Plano de Contingências para Situações de Emergência na Bacia dos Educandos - (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM) Elaborado	Plano	1,00	1,00	-
Produto 16: Plano Local de Habitação de Interesse Social - Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB	Plano	1,00	1,00	-
Produto 17: Planos de Contaminação Industrial - Fábricas de Controle - implantados	Plano	153,00	153,00	-



Anexo 1F - Calendário de Investimentos Realizados por Componente (Valores em Milhares de US\$)

Componente / Ano	2009	2010	2011	2012	TOTAL até 2012
Produto 1: Obras de macrodrenagem executadas (Canais de Água Reabilitados e Galerias de Macrodrainagem construídas)	89.349,6	2.838,4	3.100,6	18.166,3	113.454,9
Produto 2: Coletores de Águas Pluviais construídos	2.622,7	836,5	600,1	7.871,9	11.931,1
Produto 3: Unidades Habitacionais Construídas	53.222,9	19.186,1	2.021,1	3.839,0	78.269,1
Produto 4: Vias urbanas implantadas	3.048,1	2.532,2	620,5	4.630,4	10.831,1
Produto 5: Obras de Arte (pontes ou viadutos) construídas.	6.502,4	0,0	0,0	0,0	6.502,4
Produto 6: Parques urbanos implantados	19.159,4	1.315,4	1.013,0	5.171,5	26.659,2
Produto 7: Acesso à água potável regularizado	804,1	95,9	29,3	823,3	1.752,6
Produto 8: Ligações domiciliares à rede pública de esgoto instaladas	15.277,4	0,0	542,9	1.131,9	16.952,1
Component Title: COMPONENTE 01: Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	189.986,4	26.804,5	7.927,4	41.634,2	266.352,5
Produto 9: Organizações comunitárias criadas	321,3		147,4	57,8	526,5
Produto 10: Campanhas de Educação Sanitária e Ambiental realizadas	12,4	24,9	13,3	0,0	50,6
Produto 11: Mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho	64,3	80,3	19,6	0,0	164,2
Produto 12: Campanhas de comunicação social realizadas	209,8	0,0	0,0	0,0	209,8
Produto 13: Plano de Fortalecimento institucional implantado	834,0	1.002,0	261,3	0,0	2.097,2
Produto 14: Plano Diretor de Resíduos sólidos de Manaus Elaborado - SEMULSP	104,1	158,9	0,0	0,0	263,0
Produto 15: Plano de Contingências para Situações de Emergência na Bacia dos Rios Negro e Trombetas	12,4	6,9	13,9	0,0	33,2
Produto 16: Plano Local de Habitação de Interesse Social - Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB	0,0	99,1	0,0		99,1
Produto 17: Planos de Contaminação Industrial - Fábricas de Controle - implantados	62,4	86,7	167,3		316,5
Component Title: COMPONENTE 02: Sustentabilidade Social e Institucional	1.620,7	1.458,7	622,8	57,8	3.759,9
Component Title: COMPONENTE 03: Outros	28.256,3	2.170,2	1.006,3	1.956,7	33.389,6
Total	219.863,4	30.433,4	9.556,5	43.648,7	303.502,1
Fonte BID	154.907,0	30.007,4	25.678,0	3.840,0	214.432,4
Fonte Local	69.692,7	731,3	13.065,4	5.580,3	89.069,7
Desembolso por Fonte	224.599,7	30.738,7	38.743,4	9.420,3	303.502,1

As diferenças entre os valores anuais desembolsados em favor do Programa e os gastos relativos a cada ano, é causada pela Compensação havida entre esse empréstimo e o do PROSAMIM II.. Aos valores "Aporte de Recursos CPL" são acrescidos os rendimentos financeiros das contas BiD e da conta Operativa CPL, os quais são utilizados para complementar o pagamento de despesa da fonte CPL.

ATA

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2006/OC-BR PROSAMIM II

Manaus, 19 e 20 de setembro de 2013.

O Seminário de Encerramento do Contrato de Empréstimo 2006/OC-BR, do PROSAMIM II realizou-se nos dias 19 e 20 de setembro de 2013, no Hotel Da Vinci, situado a Rua Belo Horizonte, N.º 240 – Adrianópolis, Manaus, Amazonas, Brasil. O Contrato em questão foi assinado entre o Governo do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, assinado em Manaus, no dia 10 de novembro de 2008.

Compareceram ao evento 151 participantes, conforme lista de presença anexa, entre Especialistas e Consultores do BID, Técnicos da UGPI, membros do Governo do Estado do Amazonas, membros de universidades, representantes das comunidades afetadas pelo Programa, representantes das empresas gerenciadora, supervisora e empreiteira de obras do Programa e outros.

A Sra. Maria Eugênia, facilitadora da metodologia e consultora da UGPI, deu início cumprimentando a todos em nome do Vice-governador do Estado do Amazonas, Prof. José Melo, e em nome do Coordenador Executivo da UGPI, Sr. Frank Abraham Lima.

A mesa foi composta por: Sr. Frank Abraham Lima, Coordenador Executivo da Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM - UGPI; Sra. Cláudia Borges Nery, Especialista Setorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula, Diretor-Presidente da Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB; Sr. Luiz Eduardo Rabelo, Coordenador do Seminário e Subcoordenador Setorial de Engenharia da UGPI/PROSAMIM; Sr. Evandro Luiz Farias, Presidente da Associação dos Moradores do Parque Residencial Cachoeirinha.

O Sr. Frank Lima, ressaltou a importância do PROSAMIM para a cidade de Manaus e agradeceu a participação de todos, em especial a equipe da UGPI. Comentou ainda, que a realização do Seminário de Encerramento dos recursos do BID é um compromisso contratual.

Dando sequência, a Sra. Cláudia Nery, falou da oportunidade durante o Seminário de ser discutido com os afetados pelas intervenções do Programa, a forma com que foram implementados os recursos do financiamento, em especial em relação ao que funcionou bem, ao que não funcionou bem, ao que falta fazer, como garantir a sustentabilidade do que foi implantado e quais as principais lições aprendidas. Destacou que as respostas ajudarão a preparar novas operações de financiamento no Brasil e no exterior. Ressaltou que o que estão sendo encerrados são os recursos do financiamento e não o Programa. De acordo com os entendimentos mantidos com o Governo do Estado, as metas pactuadas requerem do Estado aporte de recursos adicionais e que o PROSAMIM II não se encerra com o Seminário. Agradeceu a todos e pede a contribuição dos participantes nos Grupos de Trabalhos.

O Sr. Evandro Farias, agradeceu o convite e a oportunidade de representar a comunidade.

A Sra. Maria Eugênia informou que a Agenda do primeiro dia vai até as 18h00, com as atividades nos Grupos de Trabalho – GT's, que contará com a participação de todos e enfatizou a importância dos registros de todas as contribuições. Além disso, destacou que as colaborações deverão considerar os aspectos da governabilidade e do escopo do Programa. Na sequência, apresentou a Metodologia do Seminário, destacou que o Seminário é de “escutatória”, pois o objetivo central é ouvir todos os atores envolvidos. Ressaltou que escutando a todos pode-se aperfeiçoar o processo. Na sequência apresentou os 5 (cinco) Grupos de Trabalho e como foram estruturados, sendo: GT1 Obras, GT2 Social, GT3 Ambiental, GT4 Institucional e GT5 Financeiro, seus componentes e suas respectivas salas.

Nesse momento, dá-se a chegada do Excelentíssimo Sr. José Melo, Vice-Governador do Estado do Amazonas, que cumprimentou a todos que estavam à mesa e iniciou a sua fala. Discorreu sobre a economia do Estado do Amazonas, o período da borracha, o advento da Zona Franca como modelo, a verticalização da indústria e as necessidades de se preservar a floresta. Destacou o trabalho de prorrogar a Zona Franca por mais 50 anos e a extensão dos benefícios para a Região Metropolitana de Manaus, que concentra mais de 60% da população do Estado, e falou de outro momento econômico mais atual que é a cubagem de gás no Estado. Comentou sobre as novas descobertas de petróleo na bacia do município de Tefé, enfatizou que no Amazonas está a maior mina de potássio da América Latina e lembrou do potencial do Estado na indústria de cosméticos. Após ressaltar a importância da Universidade Estadual como criadora de massa crítica, destacou a necessidade de se preparar a cidade para as mudanças, dando às famílias que viviam em condições precárias um local digno, transformando as áreas em que antes tinham palafitas em cartão postal. Foi nesse contexto que surgiu o PROSAMIM, na atualidade em sua etapa II; falou da importância do BID enquanto órgão financiador e parceiro do Programa e declarou aberto oficialmente o Seminário de Encerramento do Contrato 2006/OC-BR.

A Sra. Maria Eugênia desfez a mesa e deu continuidade à agenda concluindo a explicação sobre a Metodologia para posterior apresentação do Vídeo Institucional sobre o Programa PROSAMIM II. Apresentou os profissionais acadêmicos do evento, os consultores: Antônio Holtz, Cláudia Nery, Cláudia Veiga, Fernanda Caribé e Lúcio Rabelo. Informou as perguntas que nortearão os GT's: 1. O que funcionou bem; 2. O que não funcionou bem; 3. Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado, o que precisa; 4. O que falta fazer e 5. Quais as principais lições aprendidas. Destacou também o tempo de duração de cada rodada nos grupos.

Após as explicações foi apresentado o Vídeo Institucional.

Na sequência o Sr. Luiz Eduardo Rabelo, Coordenador do Seminário e Subcoordenador Setorial de Engenharia/UGPI/PROSAMIM, fez a apresentação de um resumo da Visão Geral do Programa, contexto, objetivos, componentes (1. Melhoria Ambiental Urbanística e Habitacional e 2. Sustentabilidade Social e Institucional), articulação institucional, criação da UGPI e sua estrutura Organizacional, área de intervenção – Bacia dos Educandos/Quarenta, os recursos para os investimentos do Programa, metas físicas e financeiras e principais resultados do PROSAMIM II.

Dando prosseguimento às atividades, após o intervalo, os participantes foram direcionados às salas para os Grupos de Trabalho, que foram divididos nos cinco temas de análise do PROSAMIM II, tendo como apresentadores integrantes das Subcoordenadorias Setoriais da UGPI, a saber:

- GT1 – OBRAS: Sra. Reny Moita Porto - Apresentadora/Coordenadora, Sr. Amilton Freire – Consultor do BID;
- GT2 – SOCIAL: Sra. Bárbara dos Santos – Apresentadora e Sra. Marisa Teixeira - Consultora do BID;
- GT3 – AMBIENTAL: Sra. Fabíola Borges – Apresentadora, e Sr. Fernando Galli – Consultor do BID;
- GT4 – INSTITUCIONAL: Sra. Cherry Lane Batista – Apresentadora, e o Sr. Ricardo Pinheiro – Consultor do BID; e
- GT5 – FINANCEIRO: Sra. Rosilene Bezerra da Silva – Apresentadora, e a Sra. Mônica Merlo – Especialista Financeira do BID.

Cada grupo, além de um apresentador-relator, um coordenador e um secretário, contou com aproximadamente 25 participantes inscritos durante a fase de credenciamento do evento. Em cada grupo foram iniciados os trabalhos conforme a metodologia e foram feitas as auto apresentações dos participantes.

Os GTs foram subdivididos em 05 (cinco) subgrupos tendo cada um, durante determinado tempo, a responsabilidade de responder à pergunta apresentada em sua estação antes de passar para a próxima: 1 – O que funcionou bem? 2 – O que não funcionou bem? 3 – Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que precisa? 4 – O que falta fazer? 5 – Quais as principais lições aprendidas?

As 13h00, houve um intervalo para o almoço e as secretárias dos grupos deram início à consolidação dos resultados para posterior debate e análise dos participantes.

As atividades foram retomadas as 14h00 para a conclusão dos debates, sistematização das contribuições e preparação dos resultados de cada subgrupo. As 16h45, após o *coffee break*, teve início a reunião pré-plenária, para discussão dos resultados do GT com todos os participantes do grupo, que foi concluída uma hora depois de seu início. O último grupo encerrou suas atividades as 18h00, os participantes foram liberados e convidados a retornarem no dia seguinte para o debate final, síntese dos resultados da plenária geral e encerramento do seminário. Em seguida deu-se início à fase de trabalho interno entre os GTs, que se estendeu até as 22h00, momento em que todos os responsáveis pelos grupos se reuniram para verificar as contribuições dadas pelos participantes e ajustar a pertinência e o endereçamento correto das contribuições oferecidas.

No segundo dia do Seminário (20/09/13), pela manhã, no período entre as 08h00 e 12h00, foi dada continuidade às atividades internas entre os GTs, juntamente com o Coordenador do Seminário, os consultores de apoio e os representantes do BID, de verificação dos subsídios dos participantes dos Subgrupos para os ajuste finais e direcionamento do assunto aos grupos pertinentes.

As atividades tiveram início as 14h00 com a Sra Maria Eugênia dando as boas-vindas, seguida pelo Sr Luiz Eduardo que fez um resumo das atividades desenvolvidas na noite do dia anterior e na manhã desse segundo dia de Seminário.

Os grupos apresentaram em plenária todas as contribuições compiladas e foi dada a oportunidade de que os participantes de outros grupos também pudessem contribuir com suas opiniões e tirar eventuais dúvidas. Após os ajustes são as seguintes as conclusões do Seminário:

1. O QUE FUNCIONOU BEM?

- 1.1** Utilização da base de dados hidrológicos desenvolvida pelo PROSAMIM nos projetos de macro e micro drenagem, propiciando dados confiáveis para o desenvolvimento destes projetos;
- 1.2** Projetos de Urbanização, considerando Parques Urbanos nas áreas de intervenção;
- 1.3** Aproveitamento de solo criado para implantação de Unidades Habitacionais;
- 1.4** Uso de Tecnologias de Construção apropriadas, possibilitando menores custos e maior sustentabilidade das obras;
- 1.5** Explanção dos projetos habitacionais e urbanísticos nas oficinas de Reassentamento, interação junto a equipe Social, possibilitando melhor utilização das obras;
- 1.6** A integração da equipe multidisciplinar da UGPI facilitando a implantação das obras;
- 1.7** Construção do Prédio de Apoio a Implantação e Sustentabilidade do Programa;
- 1.8** Utilização das políticas de aquisições do BID para contratação das obras, agilizando os processos licitatórios e possibilitando maior competitividade;
- 1.9** Utilização de empresas de consultoria para Supervisão das Obras;
- 1.10** A atuação proativa da empresa Construtora, apesar das dificuldades inerentes das áreas de implantação das obras;
- 1.11** Participação do GAL como grupo de apoio ao desenvolvimento da obra;
- 1.12** Acesso ao saneamento e ao fornecimento de energia legalizados aos reassentados;
- 1.13** Construção dos espaços para recreação e lazer;
- 1.14** Criação de acesso sobre os Igarapés interligando os Bairros;
- 1.15** Modelo do reassentamento aplicado: Estratégias utilizadas, modelo de gestão e oferta de soluções diversificadas (unidade habitacional, casa do Programa Minha Casa Minha Vida, cheque moradia, bônus e indenização). Proporcionando autonomia à população beneficiada;
- 1.16** O reassentamento das famílias nos Parques Residenciais, proporcionando moradias em áreas urbanizadas com ambiente amplo e arejado;
- 1.17** O envolvimento contínuo das lideranças em todas as fases do Programa;
- 1.18** A realização de cursos de capacitação para geração de renda;
- 1.19** A mobilização dos moradores para protagonizar as instâncias de participação pós-ocupação: agente de vizinhança;
- 1.20** A participação dos moradores no processo de organização da comunidade: formação das associações de moradores;
- 1.21** A realização de campanhas socioambientais nos parques residenciais e nas escolas das áreas do entorno da obra durante o processo de pré-reassentamento;
- 1.22** A participação e organização de grupos de moradores das áreas de pré e pós-reassentamento como: CRC, GAL e AGENTES DE VIZINHANÇA;
- 1.23** Articulação institucional em prol dos objetivos do Programa (habilidades da gestão compartilhada);

- 1.24** O cadastro e o controle dos processos administrativos do reassentamento evitando ações oportunistas;
- 1.25** O modelo construtivo e a forma de implantação dos parques residenciais favorecem a sensação de privacidade e segurança dando identidade aos mesmos;
- 1.26** O programa fornece uma moradia legalizada, um endereço formal dentro do tecido social da cidade. Segurança da propriedade no endereço formal;
- 1.27** A parceria com SEBRAE, SENAC, SESC, SESI, IFAM e CETAM nas ações de capacitação das famílias atendidas pelo programa;
- 1.28** O envolvimento da população no entorno das obras através do CRC e GAL;
- 1.29** A oferta de moradias em solo criado, priorizando a permanência das pessoas na própria comunidade;
- 1.30** Parceria da empresa construtora na qualificação e contratação de mão de obra local para a realização das obras gerando emprego e renda para as famílias direta e indiretamente afetadas pelas obras;
- 1.31** A prioridade política mantida pelo governo do Estado durante toda a execução;
- 1.32** A interação entre o PROSAMIM e os Órgãos convenentes;
- 1.33** O Impacto Ambiental Mitigado;
- 1.34** A transversalidade do tema Ambiental tanto dentro da UGPI quanto na comunidade;
- 1.35** O bom relacionamento com o BID, buscando melhorias para um bom desempenho do componente;
- 1.36** Cumprimento das condicionantes do Licenciamento Ambiental;
- 1.37** O respeito à hidrodinâmica dos corpos hídricos da região na elaboração dos projetos;
- 1.38** A execução dos Planos de Controle Ambiental de Obras e Gestão Ambiental trouxe benefícios para o Programa;
- 1.39** O acesso das pessoas reassentadas ao saneamento básico (Abastecimento de água, redes de drenagem, coleta de esgoto sanitário e coleta e transporte dos resíduos sólidos);
- 1.40** A prioridade política mantida pelo Governo do Estado durante toda a execução do Programa;
- 1.41** Os eventos realizados, tanto com o público interno quanto com o público externo, tais como: seminários, oficinas, treinamentos e capacitação;
- 1.42** O relacionamento com o BID, implicando em melhorias para um bom desempenho do componente;
- 1.43** A interação realizada entre a UGPI, a SEDUC e a SEMED, voltada para assegurar vagas dos alunos de famílias reassentadas em Escolas próximas da nova moradia;
- 1.44** A parceria realizada entre a UGPI e o Subcomando de Ações de Defesa Civil (SUBCOMADEC), a favor da população em decorrência de fenômenos da natureza (enchente) ocorridos na região;
- 1.45** A interação entre o PROSAMIM e os Órgãos convenentes;
- 1.46** A parceria realizada entre a UGPI e o IBAM, a SEMULSP e a Prefeitura de Manaus, para cumprimento da Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- 1.47** O bom entendimento entre o PROSAMIM/UGPI com os diversos órgãos: federais, estaduais e municipais;

- 1.48** O intercâmbio de informações tecnológicas com Amazonas Energia, Manaus Ambiental, PMM e SEMINF;
- 1.49** Realização de estudos visando a determinação da tarifa social para a ARSAM;
- 1.50** Criação do Escritório de apoio a implantação e Sustentabilidade do Programa proporcionando uma boa interação entre os colaboradores e facilitando o acesso da comunidade.
- 1.51** Autonomia orçamentária, financeira e administrativa da UGPI (órgão da administração direta do Estado, ligada diretamente ao gabinete do Governador – Lei Delegada 69, de 18/05/07);
- 1.52** Apoio de uma empresa consultora no gerenciamento do Programa;
- 1.53** Criação de contas correntes segregadas para movimentação dos recursos, por fonte, proporcionando o adequado controle dos recursos;
- 1.54** Regra de conversão para equivalência na moeda do Financiamento;
- 1.55** Cumprimento de cláusulas contratuais do Empréstimo;
- 1.56** Liberação oportuna dos recursos por parte do BID;
- 1.57** A implantação do módulo de Gestão Financeira do SIGPRO e a integração dos Sistemas AFI-SIGPRO-SICOP;
- 1.58** Liberação integral do recurso orçamentário e financeiro em cada destaque;
- 1.59** Auditoria anual durante toda a execução do Programa; e
- 1.60** Participação de grupos multidisciplinares na implantação inicial do SIGPRO envolvendo toda a UGPI.

2. O QUE NÃO FUNCIONOU BEM?

- 2.1.** Contratação das Obras a partir dos Projetos Básicos: Orçamentos;
- 2.2.** Definição imprecisa da envoltória de reassentamento na fase de execução das obras, ocasionando atraso nas obras e acréscimo nos seus custos;
- 2.3.** O cumprimento dos prazos de execução das obras, gerando custos financeiros adicionais;
- 2.4.** O recebimento das Obras, pelos órgãos públicos competentes, ocasionando retrabalhos e custos de manutenção não previstos;
- 2.5.** O cumprimento do cronograma de reassentamento para a liberação de frente de obra causou atraso na sua execução;
- 2.6.** O compromisso da população afetada pelo reassentamento em não utilizar os materiais provenientes da edificação a ser demolida;
- 2.7.** A disposição dos postes de energia da rede ficaram muito próximos das edificações remanescentes na área do Quarenta, Rua Odilon;
- 2.8.** Realização de atividades fora do espaço geográfico dos parques residenciais;
- 2.9.** A retirada emergencial de famílias sem implantação de obras imediatas;
- 2.10.** A demora na formalização e o pagamento de forma irregular (atrasos) da Bolsa Moradia Transitória, desestimulando a opção por Unidade Habitacional durante o processo de construção;
- 2.11.** O acompanhamento social das famílias que fizeram opção pelo CHEQUE MORADIA em virtude da resistência de algumas famílias em fornecer o novo endereço;

- 2.12. A comunicação entre os setores social da SUHAB e UGPI, além da engenharia e jurídico dos Escritórios - ELOS;
- 2.13. O programa de monitoramento da qualidade da água do Programa;
- 2.14. A descontínua liberação de área para obra gerou impactos de vizinhança;
- 2.15. O monitoramento das áreas desocupadas pelo Programa com objetivo de evitar reocupações;
- 2.16. A cobertura do residencial (Gilberto Mestrinho) (OBRAS);
- 2.17. A execução adequada do projeto de revegetação/rearborização das margens e comprometimento da eficiência ambiental e paisagística;
- 2.18. A execução dos Projetos constantes nos Planos de Fortalecimento Institucional (PFIs), em razão das dificuldades encontradas para o cumprimento do Cronograma de aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Programa;
- 2.19. A retirada emergencial de famílias em áreas de riscos nas cheias recorde de 2009 e 2012, ocasionando novas ocupações e a necessidade de articulação com órgãos convenientes;
- 2.20. O acompanhamento/monitoramento na execução de convênios com as diversas entidades envolvidas no Programa;
- 2.21. A entrega dos serviços/obras, realizados pela UGPI para os órgãos competentes, tais como: Parques urbanos e residenciais;
- 2.22. O cumprimento do cronograma de aquisições de bens e serviços no âmbito do Programa, ocasionando atrasos na execução do Plano de Aquisições;
- 2.23. O antigo sistema de gestão utilizado pela UGPI, no início do PROSAMIM II; e
- 2.24. A elaboração do orçamento do programa sem considerar verba para reajustamento de contratos previstos em lei e incompatibilidade entre metas físicas previstas.

3. COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO QUE FOI IMPLANTADO? O QUE PRECISA?

- 3.1. Comprometimento geral de todas as esferas públicas e privadas envolvidas para garantir a boa utilização e preservação das obras implantadas;
- 3.2. Conectar as edificações previstas, ao sistema de esgotamento sanitário implantado proporcionando sustentabilidade das obras executadas;
- 3.3. Projetos de iniciativa sustentável como reutilização de materiais possíveis de reaplicação para os locais de intervenção;
- 3.4. Infraestrutura básica (comercio);
- 3.5. Desenvolvimento urbano integrado;
- 3.6. Cumprir parâmetros urbanísticos (ex: áreas verdes, áreas institucionais);
- 3.7. Sensibilizar as lideranças e prepará-las para o associativismo;
- 3.8. Planejar a implantação de uma base de atividades em cada Parque Residencial e assegurar que, depois de concluída a intervenção do Programa, esta seja repassada para a comunidade;
- 3.9. Efetivar as bases de atividades antes da ocupação do parque;
- 3.10. Assegurar mecanismos para garantir a participação dos beneficiários nos cursos de capacitação;
- 3.11. Contribuir para a consolidação das associações nas quadras bairro;
- 3.12. Intensificar as ações de "empoderamento" das famílias para o conhecimento da rede socioassistencial de educação, saúde e infraestrutura;

- 3.13.** Ampliar o acesso aos programas sociais (Brasil sem miséria) atendendo às demandas dos moradores locais;
- 3.14.** Apoiar as parcerias para continuidade da capacitação profissional dos reassentados até 2016;
- 3.15.** Continuidade e melhoria da educação ambiental quanto à disposição de resíduos;
- 3.16.** Fortalecer as oficinas de cunho social para convivência pacífica entre moradores e usuários soltadores de pipas que depredam os parques residenciais;
- 3.17.** Promover campanhas de divulgação das obras implantadas bem como do uso e conservação das mesmas;
- 3.18.** Incentivar a criação de Alianças Público Privada para manutenção das áreas de parques e praças;
- 3.19.** Fazer gestão junto aos órgãos competentes para adequação do marco legal para tratamento e destinação final do esgoto sanitário na cidade de Manaus (Carta de Manaus);
- 3.20.** Continuar apoiando as ações de educação ambiental e sanitária;
- 3.21.** Intensificar o relacionamento com as entidades de pesquisa para estudos nas áreas do Programa;
- 3.22.** Apoiar a revisão e implementação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PDRS;
- 3.23.** Gestões junto ao IPAAM para divulgação dos resultados da implementação do Plano de Controle da Contaminação Industrial – PCCI;
- 3.24.** Fazer gestão junto a SEMMAS para a inclusão do PROSAMIM no roteiro socioambiental na escola itinerante de meio ambiente;
- 3.25.** Na vigência do Contrato de Empréstimo manter o acompanhamento do uso adequado dos equipamentos e dos serviços disponibilizados pelo PROSAMIM;
- 3.26.** Apoiar parcerias para a continuidade da capacitação profissional dos reassentados até 2016;
- 3.27.** Manter a cooperação que foi implementada com os diversos órgãos parceiros;
- 3.28.** Apoiar a elaboração de projetos para a obtenção de recursos que forem necessários a sustentabilidade do Programa;
- 3.29.** Fazer gestão junto aos órgãos estaduais e municipais para que em suas áreas de competência viabilizem a construção de equipamentos sociais nas áreas disponibilizadas para o Programa, tais como: creches, clube de mães, associações de moradores e médico da família;
- 3.30.** Garantir a permanência da equipe de colaboradores até a plena aplicação dos US\$ 60,4 milhões (dez/2014); e
- 3.31.** Assegurar o aporte adicional dos US\$ 60,4 milhões, por meio do PROINFRA (Operação de crédito com o Banco do Brasil).

4. O QUE FALTA FAZER?

- 4.1.** Concluir a Remoção das edificações nas áreas de intervenção direta das obras;
- 4.2.** Definição do sistema de tratamento e destino final dos esgotos;
- 4.3.** Concluir as Obras Projetadas / Previstas do Programa;
- 4.4.** Macrodrenagem e Viário do Igarapé do Quarenta – trecho da SEDUC até a Av. Maués;
- 4.5.** Quadra Bairro do Igarapé do Cajual;
- 4.6.** Quadra Bairro do Igarapé da Liberdade;

- 4.7. Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (Redes Coletoras, Interceptores, Estações Elevatórias e Linhas de Recalque);
- 4.8. Asfaltamento da rua próxima a quadra bairro cachoeirinha – rua nova;
- 4.9. A participação da equipe de engenharia nas reuniões da área social para transmitir informação detalhada a respeito do projeto, tais como: o que vai ser executado? Onde? Quando começa e vai ser entregue?;
- 4.10. A comunicação entre o programa e a sociedade quanto a integração do novo sistema viário ao plano de mobilidade da região de intervenção;
- 4.11. Integração do plano diretor municipal urbano aos projetos do PROSAMIM;
- 4.12. Assegurar espaços para a implantação de Bases de Atividades nos Parques Residenciais, para o acompanhamento das famílias nas atividades de pós-ocupação;
- 4.13. Concluir o reassentamento das 986 famílias e operacionalizar a entrega do Parque Residencial do Cajual e Liberdade;
- 4.14. Liberar áreas congeladas após o cadastro que não mais serão necessárias para intervenção de obras, bem como das famílias cadastradas;
- 4.15. Preparar agentes de vizinhança, visando apoiar a formação das associações de moradores dos Parques Cajual e Liberdade;
- 4.16. Aumentar a quantidade de coletores de lixo no Parque Residencial Cachoeirinha e no Parque Residencial Gilberto Mestrinho. Adotar o modelo de coletores iguais aos do Parque Residencial Mestre Chico;
- 4.17. Promover a oportunidade de escolha para definir o nome da quadra bairro do Igarapé da Cachoeirinha (ainda não inaugurado);
- 4.18. Sistematizar a indenização para reposição da atividade econômica não regularizada (BID/UGPI);
- 4.19. Fortalecer as ações de reposição física das atividades econômicas próximo aos parques residenciais;
- 4.20. Estudar alternativa para regularização do uso misto das Unidades Habitacionais;
- 4.21. Dar continuidade à campanha de orçamento doméstico junto às famílias reassentadas. Fortalecer os programas de sensibilização em educação ambiental e etiqueta urbana;
- 4.22. O cumprimento das sanções previstas em lei aos moradores que comercializaram as unidades habitacionais;
- 4.23. Fazer gestão junto a Prefeitura para implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a coleta seletiva dentro dos residenciais;
- 4.24. Apoiar ações para a interligação intradomiciliar de esgoto;
- 4.25. Obter Licença de Operação – LO para obras do PROGRAMA;
- 4.26. Sensibilizar a população local sobre a importância da manutenção das sinalizações de segurança da obra;
- 4.27. Estabelecer novos convênios de cooperação técnica e fortalecimento institucional no âmbito do PROSAMIM III, cuja abrangência contemple a área do PROSAMIM II;
- 4.28. Concluir a execução do Plano de Ação para a Entrega das Obras Construídas pelo Programa;
- 4.29. Atualizar e implementar o Plano de Comunicação do PROSAMIM ao público interno e externo;

- 4.30. No prazo estabelecido no contrato de empréstimo, acompanhar a manutenção dos equipamentos públicos (praças, parques residenciais e urbanos, boxes e etc.) e elaborar os respectivos Relatórios de Manutenção;
- 4.31. Elaborar e submeter ao Banco o último pedido de Desembolso Programa – modalidade Reembolso de Despesas;
- 4.32. Submeter à SEAIN a Estratégia de Encerramento do PROGRAMA incluindo recursos adicionais de US\$ 60,4 milhões;
- 4.33. Fazer a gestão junto à SEAIN para obtenção da recomendação do incremento dos US\$ 60,4 milhões de contrapartida;
- 4.34. Apresentar ao Banco a documentação para elaboração do aditivo com a incorporação da Contrapartida Adicional;
- 4.35. Apresentar ao Banco semestralmente relatório específico demonstrando a implementação dos avanços físicos e dos recursos até a totalidade da contrapartida;
- 4.36. Apresentar, ao Banco, Relatório de Auditoria/2013 e da utilização dos recursos adicionais de Contrapartida Local até 2014.

5. QUAIS AS PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS?

- 5.1. A importância da criação de uma Unidade Gerenciadora do Programa, nos moldes da UGPI, vinculada diretamente ao gabinete de governo - conseguindo envolver todos os participantes na sua execução → conferiu agilidade e credibilidade às decisões tomadas;
- 5.2. A Participação do Setor de Engenharia nas oficinas de Reassentamento – explicação sobre projetos e obras para os beneficiários → evita mau uso e irregularidades nas UH's;
- 5.3. O suporte técnico do BID na aplicação de suas políticas, devem orientar no futuro, novos empreendimentos semelhantes ao PROSAMIM;
- 5.4. A necessidade de levar em consideração os aspectos climáticos regionais na implantação das quadras de esportes e áreas de lazer;
- 5.5. Sustentabilidade: A preparação das lideranças informais para representar os blocos na figura do Agente de Vizinhança, desperta o sentimento de pertença e motiva os moradores para a formação da Associação de Moradores;
- 5.6. Líderes comunitários bem preparados garantem o acesso às políticas públicas (saúde, educação e cidadania), visando fortalecer o “empoderamento” da comunidade quanto ao endereçamento das demandas;
- 5.7. O agente de vizinhança tem que ter espírito de liderança, boa vontade e tempo disponível para execução de tarefas;
- 5.8. A realização de oficinas para a escolha da moradia fortalece as unidades de vizinhança e o vínculo com a nova moradia;
- 5.9. Gestão Compartilhada: Trazer para a execução do PROGRAMA representantes da comunidade CRC e GAL, escutar suas demandas e incorporá-las aos planos, tem reflexos positivos na melhor utilização dos recursos disponíveis. Ex: Melhor aproveitamento dos espaços comuns, escolha mais adequada da localização e tipo de coletores dos resíduos sólidos etc;
- 5.10. Aprendemos a importância da interação do GAL e CRC com o Programa e com a comunidade;

- 5.11. Otimização da Equipe: Os resultados foram mais exitosos junto às famílias acompanhadas pela mesma equipe;
- 5.12. O vínculo constituído entre equipe e comunidade fortalece os laços de confiança estabelecidos durante todo o processo de reassentamento;
- 5.13. Unificar as equipes de pré e pós-reassentamento possibilitou maior integração das informações junto ao beneficiário ao longo de todo processo;
- 5.14. As equipes de obra, engenharia e reassentamento devem trabalhar seus cronogramas em sintonia;
- 5.15. O trabalho realizado no pós-ocupação em conjunto com as lideranças locais e a equipe social, ajuda a formar nova identidade territorial;
- 5.16. A presença do ESTADO nas áreas já recuperadas pelo Programa na percepção de alguns moradores, interferiu na diminuição da marginalidade;
- 5.17. A manutenção do tecido social nas áreas de intervenção, contribui para o sucesso do Programa;
- 5.18. Fazer gestão junto a Prefeitura para implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a coleta seletiva dentro dos residenciais;
- 5.19. Apoiar ações para a interligação intradomiciliar de esgoto;
- 5.20. Obter Licença de Operação – LO para obras do PROGRAMA;
- 5.21. Sensibilizar a população local sobre a importância da manutenção das sinalizações de segurança da obra;
- 5.22. Não iniciar um Programa sem um sistema de gerenciamento Ambiental – SGA para garantir a transversalidade social e ambiental entre todos os envolvidos na execução do PROSAMIM;
- 5.23. O programa de monitoramento da qualidade de água mostrou-se inadequada não devendo ser aplicado nos próximos programas;
- 5.24. O fortalecimento da equipe e das instituições parceiras contribuiu para a execução do Programa;
- 5.25. Utilizar instrumentos de comunicação dirigida (folhetos, banners, eventos e etc.) favorece a aproximação e credibilidade do Programa;
- 5.26. Um arranjo institucional envolvendo a participação de entidades federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil em todas as suas fases, contribui com o sucesso do Programa;
- 5.27. Criar uma Unidade Gestora exclusiva para gerenciamento do Programa proporciona maior eficiência na gestão de Projetos multidisciplinares;
- 5.28. O orçamento deve ser elaborado com informações precisas considerando os custos de prováveis reajustes contratuais;
- 5.29. É mais eficaz ter um sistema integrado de gestão do Programa antes do seu início;
- 5.30. Manter uma gestão dos investimentos com foco na variação cambial e na inflação, simultaneamente;
- 5.31. É necessário agilizar os processos de aquisições de bens e contratação de serviços no âmbito do Programa; e
- 5.32. Definir prazos e procedimentos de caráter financeiro para liberação e aplicação de recursos do financiamento executados por entidades parceiras, de acordo com as obrigações do Mutuário com o agente financiador.

Após o término das apresentações dos Grupos de Trabalho a Sra. Maria Eugênia solicitou ao consultor Ricardo Pinheiro que explicasse a tratativa com todas as considerações e resultados desse Seminário pelo BID.

A Sra. Maria Eugênia convidou então o Sr. Areolino Santana, morador do Igarapé do Mestre Chico, para apresentar um poema, que segue anexo a este documento, feito por ele durante o evento. Após a apresentação do Sr. Areolino, que foi bastante aplaudida e elogiada por todos.

Logo após foi formada a mesa para a finalização do Seminário composta pelo Sr. Frank Abrahim Lima – Coordenador Executivo da UGPI, Sra. Fernanda Caribé – representando o BID, Sra. Maria Lúcia – representante dos moradores do Parque Residencial Cachoeirinha, e Sr. Luiz Eduardo Rabelo – Coordenador deste Seminário.

O Sr. Luiz Eduardo agradeceu o empenho de toda equipe na preparação e execução do Seminário. A Sra. Fernanda Caribé, agradeceu o Governo do Estado pelo empenho na execução do Programa, enfatizou que o Seminário é um dos itens para que o Programa possa ser encerrado oficialmente pelo BID e que a documentação completa será publicada o mais rápido possível no site do Banco após os trâmites de aprovação, elogiou e agradeceu o trabalho da equipe que organizou e realizou o Seminário. O Sr. Frank Lima agradeceu a participação de todos, agradeceu também a dedicação e empenho dos consultores e colaboradores, do coordenador do Seminário e a Sra. Maria Lúcia registrou sua satisfação com o modo como o evento foi conduzido pelos envolvidos.

Foi dada a oportunidade para que a plateia pudesse se manifestar, acontecendo em seguida os agradecimentos por parte Sra. Reny Moita, em seguida o Sr. Valdir Brito, na sequência a Sra. Tereza Souto, logo após o Sr. Paulo de Tarso Pinheiro Machado, representando a empresa gerenciadora do Programa PRODOEST (Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins), bem como a Sra. Lídia representante do Governo do Estado do Tocantins, e concluindo a Sra. Jane Crespo.

A Sra. Maria Eugênia, então, informou que os certificados e informativos do PROSAMIM II já estavam disponíveis para o público e encerrou oficialmente o evento para o público externo e anuncia a apresentação do coral PROSAMIRIM, formado por crianças moradoras do Parque Residencial Cachoeirinha, onde segue anexa mídia contendo a apresentação.

Nada mais a tratar, foi lavrada por nós, Reny Moita Porto e Alessandra Fernandes da Rocha, Secretárias Gerais do evento, a presente ata.

Manaus, 20 de setembro de 2013.

Original Assinado

FRANK ABRAHIM LIMA
Coordenador Executivo da UGPI

Original Assinado

CLÁUDIA BORGES NERY
Especialista em Saneamento do BID

ANEXOS:

[Convite](#)

[Agenda - Folder e Programação](#)

[Lista de Participantes](#)

[Video do Programa](#)

[Apresentação Geral](#)

[Composição dos Grupos de Trabalho](#)

[Apresentações dos Grupos de Trabalho](#)

[Apresentação Coral Prosamirim](#)

[Resultados Específicos por Grupos de Trabalho](#)

[Repente do Senhor Areolino Santana](#)

[Certificado](#)

[Ata Original Assinada](#)

ANEXO 2 - Avaliação do Desempenho do Banco pelo Mutuário

Desempenho do Banco durante a Preparação do Projeto

Durante toda a preparação do Projeto, o Banco orientou de forma muito satisfatória a UGPI, ajudando-a na preparação e treinamento de seu pessoal, propondo alternativas técnicas e operacionais adequadas de forma rápida e satisfatória, bem como sugerindo instrumentos eficazes que embasaram o caminho para o sucesso do PROSAMIM II. Como resultado disso, a UGPI consolidou seus conhecimentos com vistas a atender às demandas de serviços inerentes à contratação, implementação e gestão de operações com o Banco, notadamente quanto ao cumprimento dos seus critérios técnicos de elegibilidade dos projetos e de suas políticas e normas.

Desempenho do Banco na Execução do Projeto

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: o banco que facilitou o desenho do projeto, propôs soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e respondeu com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para a Agência Executora, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

Muito Satisfatório (MS) Satisfatório (S) Insatisfatório (I)

Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O Banco, que apoiou a UGPI desde a preparação e durante a supervisão do Projeto, permitindo e promovendo ações de capacitação das equipes em temas gerais e específicos de forma sistematizada, teve na atuação da sua equipe um aspecto fundamental para o aprimoramento da parceria entre BID e o Programa promovido pelo GEA.

O resultado dessa parceria, no acompanhamento do Programa no seu "pari passu", resultou no êxito e na boa consecução dos objetivos propostos na implementação do Programa, onde sistematicamente atuaram em conjunto procurando soluções, visando minimizar as dificuldades encontradas na condução da operação. Também se avalia positivamente a flexibilidade demonstrada pelo Banco quando da realização das escolhas dos caminhos a serem seguidos e das obras a serem reconhecidas como contrapartidas, particularmente na preparação da proposta de aumento do novo orçamento do PROSAMIM II que contempla seu término em 2014.

Desta forma, acredita-se que os esforços despendidos pelo BID e pela UGPI, nos papéis de Banco e Mutuário, somaram-se para o sucesso da conclusão satisfatória do Programa e presume para ambos um compromisso de transparência e parceria na continuidade da qualidade dos serviços prestados como Banco e Mutuário nas novas fases do programa que estão em execução.

Assim sendo, a UGPI agradece ao Banco o apoio técnico, financeiro, operacional e o aprendizado, a dedicação de toda a sua equipe, em particular o empenho da Especialista Setorial Cláudia Nery.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

O fato de o Banco ter mantido, por período elevado de tempo, atuando no Programa um mesmo especialista responsável pela sua condução, foi extremamente positivo. Sugere-se que essa política seja mantida para outras fases do programa.